REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

CDU–02:061.25(05)(081)

Publicação trimestral

Convênio com o Instituto Nacional do Livro

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, conj. 110

São Paulo – Brasil

Editor – FEBAB

Diretor – Bibliotecária Laura Garcia Moreno Russo

Secretário responsável – Jornalista Etuji Nakashima

Colaboradores

Digitalizado gentilmente por:

SUMÁRIO

EDITORIAL 3

VII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO ..... 4 - 32

LEGISLAÇÃO ..... 33 - 49

FID/CDU ..... 50 - 55

IBBD/CDU ..... 56 - 61

CATALOGAÇÃO NA FONTE ..... 62 - 79

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO ..... 80 - 89

NOTICIÁRIO NACIONAL ..... 90 - 94

NOTICIÁRIO INTERNACIONAL ..... 95 - 101

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA de BIBLIOTECONOMIA e DOCUMENTAÇÃO. (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) São Paulo, 1973 –

1973, 2 (1/3)

CDU: 02: 061.25 (05) (081)

Digitalizado gentilmente por:

EDITORIAL

Apresentamos neste número o noticiário referente ao VII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Belém do Pará, em julho do corrente ano. É a seqüência desse tipo de publicação que o FEBAB, boletim informativo, registrou a partir do II Congresso. Se não fosse a exigüidade de espaço, gostaríamos de publicar as sinopses dos trabalhos apresentados, porém, nos limitamos a relacioná-los por temas e respectivos autores. Sentimos não poder publicar o texto do discurso da Presidente Executiva Professora Lydia de Queiroz Sambaquy, o que constitui falha lamentável, para este registro das atividades do VII Congresso.

Na seção dedicada à legislação fizemos constar dois importantes projetos, apresentados à Câmara Federal pelo Deputado José Roberto de Faria Lima, que tratam de matéria concernente aos problemas biblioteconômicos.

Digitalizado gentilmente por:

7º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

29 de julho a 4 de agosto de 1973

BELÉM - PARÁ

PROGRAMA

BELÉM - PARÁ

R. Bras. Bibliotecon. Doc. 2(1/3): 4-32, jul./set. 1973

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

PRESIDENTE DE HONRA
Laura Garcia Moreno Russo

PRESIDENTE
Lydia de Queiroz Sambaquy

RELATOR GERAL
Abner Lellis Correa Vicentini

RELATORA GERAL ADJUNTA
Etelvina Viana Lima

Digitalizado gentilmente por:

CONVIDADOS DE HONRA

JARBAS GONÇALVES PASSARINHO
Ministro da Educação e Cultura
JOSÉ COSTA CAVALCANTE
Ministro do Interior
FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON
Governador do Estado do Pará
Maj. Brig. do Ar JOÃO CAMARÃO TELLES RIBEIRO
Comandante da 1.ª Zona Aérea
Contr. Almte. ROBERTO ANDERSON CAVALCANTI
Comte. do 4.º Distrito Naval
Gen. Brig. JOSÉ DA ROCHA FERRAZ
Comte. da 8.ª Região Militar
GERSON PERES
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará
D. ALBERTO GAUDÊNCIO RAMOS
Arcebispo Metropolitano
NÉLIO DACIER LOBATO
Prefeito Municipal de Belém
Gen. Div. ARTUR MASCARENHAS FAÇANHA
Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas
Cel. MILTON CAMARA SENNA
Superintendente da SUDAM
CLOVIS DA GAMA MALCHER
Reitor da Universidade Federal do Pará
JORGE BABOT MIRANDA
Presidente do Banco da Amazônia S/A
ROBERTO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA
Secretário Geral do IDESP
HAGAR ESPANHA GOMES
Presidente do IBBD
JANICE MELLO MONT-MOR
Diretora da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
LUIZ MIGUEL SCAFF
Diretor do Museu Paraense Emilio Goeldi
LUIS ARTURO MONTOYA
Secretário Executivo do Programa para o Trópico Americano — IICA
MARIA ALICE BARROSO
Diretora do Instituto Nacional do Livro
MURILO BASTOS DA CUNHA
Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia
ERNESTO CRUZ
Diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará
Eng.º GUILLERMO FERNANDEZ DE LA GARZA
Presidente da FID/CLA — México
MARIA DOLORES MALUGANI
Diretora do IICA/CIDIA
WILLIAM JACKSON
George Peabody College for Teacher — School of Libraries — USA
HIPOLITO ESCOLAR SOBRINHO
Biblioteca Nacional — Madrid — Espanha
CARLOS VICTOR PENNA
Oficina de Educação Ibero Americana — Madrid — Espanha
JOSÉ EMILIO ARAUJO
Diretor Geral do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas
IICA — S. José — C. Rica

Digitalizado gentilmente por:

HOMENAGENS ESPECIAIS

MARIA ALICE BARROSO
Diretora do Instituto Nacional do Livro

MILTON CAMARA SENNA
Superintendente da SUDAM

JORGE BABOT MIRANDA
Presidente do BASA

HOMENAGENS

Prof. ANTONIO CAETANO DIAS
Diretor da Escola de Biblioteconomia e Documentação da FEFIEG

Prof. Dr. CLODOALDO BECKMAN
Vice-Diretor do Centro Biomédico da Universidade Federal do Pará

Profa. MARIA LUIZA MONTEIRO DA CUNHA
Diretora da Divisão de Biblioteca e Documentação da USP

Profa. NOEMIA LENTINO
Bibliotecária

Profa. DENISE FERNANDES TAVARES
Diretora da Biblioteca Monteiro Lobato — Salvador — Bahia

Digitalizado gentilmente por:

COMISSÃO ORGANIZADORA EXECUTIVA

Presidente
CLARA MARIA GALVÃO
Bibliotecária-Chefe do Museu Paraense Emilio Goeldi

Vice Presidente
MARIA DE NAZARÉ FREITAS PEREIRA
Chefe da Divisão de Documentação da SUDAM

Assessoria
ALDA DAS MERCES MOREIRA DA CUNHA
Bibliotecária da Delegacia de Estatística da Fundação IBGE

IVANY SARMENTO FRANCO
Bibliotecária da SUDAM

Coordenador — Relator Geral
ABNER LELLIS CORREA VICENTINI
Assessor de Documentação do Ministério das Minas e Energia

Secretária Geral
RUTH CONDURU CHALALA
Profa. do Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFPa.

1.ª Secretária
MARIA LUCIA PACHECO DE ALMEIDA
Profa. Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFPa.

2.as Secretárias
TEREZA YONE SOUZA FILHO MOURA
Chefe do Centro de Documentação e Publicações — IDESP

DENISE HELENA FARIAS DE SOUZA
Profa. do Curso de Biblioteconomia da UFPa.

Tesoureira Geral
EUNICE DA COSTA PENNA
Chefe do Centro de Documentação e Biblioteca do BASA

1.ª Tesoureira
ANNA MARIA PIRÁ CORDEIRO
Bibliotecária do Museu Paraense Emilio Goeldi

2.ª Tesoureira
IRACY DE OLIVEIRA FERREIRA
Bibliotecária da UFPa.

Digitalizado gentilmente por:

COMISSÕES ESPECIAIS

1. COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO
2. COMISSÃO EDITORIAL
3. COMISSÃO DE FINANÇAS
4. COMISSÃO DE RECEPÇÃO E HOSPEDAGEM
5. COMISSÃO SOCIAL
6. SECRETARIA

Digitalizado gentilmente por:

RELATORES

SESSÕES DE ESTUDOS SETORIAIS

Documentação Agrícola	Cely Farias Raphael
Documentação Biomédica	Dinah Aguiar Poblacion
Documentação Jurídica e Administ.	Magaly França Villaça
Documentação Sócio-Econômica	Elyanna de Niemeyer Mesquita
Documentação Científ. e Tecnológ.	Antonio Gabriel
Bibliotecas Escolares	Painel
Bibliotecas Universitárias	Maria Luiza Monteiro da Cunha

REUNIÕES ESPECIALIZADAS

CFB	Murilo Bastos da Cunha
FEBAB	Laura Garcia Moreno Russo
IBBD/CCo	Maria Lucia Poubel Bastos
IBBD/CDU	Irene Menezes Doria
ABEBD	Maria Lucia Pacheco de Almeida
MINTER	Angela Crespo Neves

PAINEL

BIBLIOTECAS PÚBLICAS	Maria Alice Barroso
BIBLIOTECAS ESCOLARES	Myrian Gusmão Martins Relatora (Bt. Públicas) Adalgisa Monis Aragão Laura G. M. Russo

OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E O SNICT	Artur Mascarenhas Façanha Presidente Hagar Espanha Gomes Relatora

Digitalizado gentilmente por:

7.º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Discurso proferido por Laura Garcia Moreno Russo, presidente de honra do conclave, na solenidade de abertura, em 29 de julho de 1973.

Reúne-se, mais uma vez, a classe bibliotecária, em obediência às Resoluções do VI Congresso, realizado em Belo Horizonte há dois anos, quando resolveu aceitar o amável convite dos bibliotecários paraenses, a fim de que na cidade de Belém fosse realizado o 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

Cumpre-nos, primeiramente, agradecer a distinção que nos deram os bibliotecários do Estado do Pará, convidando-nos para ser presidente de honra deste Congresso, homenagem da qual fazemos partilhar todos aqueles que lideram as quinze Associações filiadas à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários.

NOSSOS CONGRESSOS

O congraçamento de bibliotecários teve início em 1954, quando foi realizado no Recife, o 1.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Naquela época, o termo documentação não era familiar à Classe, embora nesse mesmo ano tivesse o IBBD iniciado suas atividades. Foi uma tomada de consciência de seu valor e utilidade que os bibliotecários iniciaram, porém, terminado o conclave, dificuldades imensas ocasionaram o distanciamento de novo encontro, que só se deu em 1959, em Salvador.

O 2.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação fixou a denominação que iria ser adotada pelos demais: biblioteconomia e documentação. Foi nesse congresso aprovada a tese que deu origem à FEBAB, unindo definitivamente os bibliotecários, para a luta que então se iria travar, no sentido de colocá-los no lugar que há muito tempo lhes deviam os altos escalões da administração pública. Nessa época, os bibliotecários paulistas haviam conseguido que o Deputado Rogê Ferreira desse entrada no Congresso Nacional ao projeto que iria se transformar na Lei 4084/62, a partir da qual o exercício da profissão de bibliotecário seria considerado de nível universitário.

O 3.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba em 1961, caracterizou-se pelas lutas em plenário e pelas inúmeras teses apresentadas. A classe buscava com impaciência sua reafirmação social.

Digitalizado gentilmente por:

Em sequência normal veio o 4.º Congresso, realizado em Fortaleza, em 1963, patrocinado pela Universidade Federal do Ceará. Já, então, tinham os bibliotecários a profissão regulamentada, porém, faltava a regulamentação da lei. Parodiando o que já é uma paródia política, a novela O BEM AMADO, faltava na lei alguns "considerandos" e "os mais ou menos" que o Decreto 56.725/65 procurou introduzir.

Há quem acuse essa legislação de imperfeita. Certamente o é, como todas as leis elaboradas pelo homem, para servir a um determinado grupo, sociedade ou civilização. Se assim não fosse, o Corpus Juris Civilis, que tão bem serviu aos Romanos, poderia vigorar no século 20. Só as leis físicas são perfeitas e imutáveis. Ninguém as ousa criticar, porque foram feitas por Deus, para reger o Universo.

Três anos eram passados, quando a FEBAB solicitou ajuda ao Instituto Nacional do Livro para realizar em São Paulo o 5.º Congresso. Durante o ano de 1966, a Comissão Organizadora trabalhou intensamente para a concretização de um ideal: realizar um conclave, cujos participantes fossem agrupados, segundo seus campos de atividades. Os que estavam habituados ao velho sistema reagiram de início, mas logo entenderam que a atividade bibliotecária já estava por demais diversificada, para admitir discussões em grandes sessões plenárias. Elas serviam como espetáculo, mas seus benefícios já então eram bem discutíveis.

O 6.º Congresso foi patrocinado, também, pelo Instituto Nacional do Livro. Teve lugar em Belo Horizonte, em 1971. Seu grande mérito foi o de reafirmar a orientação seguida no conclave anterior. Os bibliotecários procuraram, avidamente, realizar reuniões especializadas, onde discutiram problemas comuns e acertaram providências para atividades futuras. Viu, assim, a FEBAB, naquela semana de intenso trabalho, concretizado um de seus objetivos: reunir os bibliotecários de cada área, para trabalhar pela homogeneidade de métodos e processos específicos. Integram a Federação seis Comissões Permanentes:

Comissão Brasileira de Documentação Biomédica;
Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica;
Comissão Brasileira de Documentação Jurídica;
Comissão Brasileira de Documentação Agrícola;
Comissão Brasileira de Documentação de Bibliotecas Públicas;
Comissão Brasileira de Documentação de Bibliotecas Escolares;

Outras áreas de atividades já são do interesse de algumas Associações filiadas, porém, não constituem Comissões Nacionais.

É com grande orgulho que ostentamos esse panorama de integração de nossa classe. Enquanto em grandes e pequenos países os bibliotecários

Digitalizado gentilmente por:

se dividem em associações especializadas, enfraquecendo o conjunto associativo, no Brasil, os Grupos de Trabalhos das Associações Estaduais se filiam às Comissões Nacionai da FEBAB. Abriu-se, dessa forma, um vasto campo de estudos biblioteconômicos, enquanto os Cursos de pós-graduação estão em compasso de espera.

O êxito obtido por essas Comissões Nacionais nos leva a crer que estamos trilhando o caminho certo da especialização do bibliotecário. Esperamos que as diretorias das Associações de Bibliotecários prestigiem, cada vez mais, as atividades dos Grupos de Trabalhos, compartilhando de seus êxitos e dificuldades.

O INTERESSE PELA PROFISSÃO NO SÉCULO 20

O Correio Brasiliense, em sua edição de 9 de janeiro do corrente ano, publicou interessante entrevista de uma recém-formada em biblioteconomia, numa das escolas do país. Disse a colega: "Há muita gente com diploma, procurando emprego e nada consegue, porque o mercado está saturado". Em que pesem as razões apresentadas, discordamos completamente de seu modo de ver a atividade bibliotecária assim exercida, sem familiaridade com os problemas das bibliotecas das cidades interioranas, onde raream os bibliotecários. Sabemos que a culpa não cabe somente aos bibliotecários, que preferem trabalhar nos grandes centros, mas, também, às autoridades estaduais e municipais, que na grande maioria, ainda não consideram a biblioteca como entidade indispensável às suas coletividades.

Em face da complexidade e relevância do assunto, o CFB e a FEBAB se preocupam com a necessária e urgente adequação de medidas, que venham assegurar a conveniente vitalidade de nossas bibliotecas.

Apesar de todo esforço de conscientização, reconhecemos que há um longo caminho a percorrer, porque, em certos setores da educação e da cultura, o problema da falta de bibliotecas não está sequer equacionado, para solução a curto, médio ou longo prazo. Disto tivemos prova, quando há dois meses, solicitamos à Secretaria do Interior do Estado de São Paulo a publicação do levantamento das bibliotecas públicas municipais. Alegou a Secretaria que não dispunha de verbas para publicações e recomendou-nos ao Mobral, que repetiu o estribilho "não temos verbas para publicacões".

O trabalho oferecido, era o fruto de pesquisas realizadas ao longo de dois anos. Tinha seus dados tabulados e estava acompanhado de mapas, gráficos e tabelas de padrões. Apesar de tudo, ele continha um grande defeito: não fora apresentado por uma Empresa de Planejamento, tão a gosto de alguns administradores da atualidade.

Digitalizado gentilmente por:

Por toda essas razões, necessitamos fortalecer nossas entidades de classe, cujo elenco já é bastante numeroso, destacando-se no ensino 20 escolas; na fiscalização profissional um Conselho Federal e 10 Conselhos Regionais; na atividade associativa de aprimoramento e defesa profissionais, uma Federação e 15 Associações de Bibliotecários. Repetimos, Associações de Bibliotecários e não de documentaristas, de técnicos em informação, de informatas, de informólogos, de pesquisadores legislativos, coordenadores de publicações e documentação, nem de técnicos em informática. Essa complicada e diversificada nomenclatura, para denominar a atividade profissional do bibliotecário, nos parece de um ridículo olímpico.

Compreendemos, mas não justificamos a atitude daqueles que, para fugir a um reenquadramento injusto, arranjam novas denominações para a atividade nobre de buscar em livros ou em documentos os dados necessários de atendimento de consulentes, não importando a entidade onde trabalhe, se numa biblioteca infantil ou num sofisticado centro de documentação.

A continuar assim, os bibliotecários que aspiram a poeira dos assuntos econômicos, levantada nos debates das mesas redondas, conferências e entrevistas, logo serão intitulados técnicos em rentabilidade da informação, ou técnicos em rentabilidade das bibliotecas.

Respeitadas as devidas proporções que o caso requer, podemos pensar: será que Calímaco, o primeiro bibliotecário que a história registra, se envergonhou algum dia de ser bibliotecário, quando poderia ter-se intitulado assessor de Ptolomeu I, com funções na Biblioteca de Alexandria? Cremos que não.

Será que os pacientes e dedicados bibliotecários dos Conventos da Idade Média, se hoje ressuscitassem, gostariam de ser chamados documentaristas? Não acreditamos. Eles não precisaram de artifícios para bem exercer a profissão e deixar como testemunho de sua atividade, através dos séculos e das fronteiras dos idiomas, as coleções preciosas que ajudaram a formar, para que servissem às gerações futuras.

Entre as peças que constituem essa dádiva do passado, destacamos a série de doze códigos conhecida por Beatos, em homenagem àquele que passou mais de trinta anos escrevendo e iluminando sua obra belíssima, o Beato de Liebano, que viveu na Espanha, durante a Idade Média. Parece-nos ver o Professor Esteves Barba, da Biblioteca Nacional de Madrid, mostando os códices a seus alunos, carinhosamente, tal como acariciamos uma pessoa amada.

A história nos ensina que, desde os tempos antigos da pedra de Roseta, até a era moderna da pedra lunar, o homem tem feito o possível

Digitalizado gentilmente por:

para alcançar metas que se ajustem às suas necessidades e encontrar a forma de deixar testemunho de sua atividade. Com exclamações de triunfo ou de angústia, com hinos a seus deuses e súplicas de ajuda, tem expressado em cada época seus esforços para sobreviver. Os sonhos do homem, seus êxitos e fracassos, que permaneceram plasmados em pinturas rupestres, em manuscritos famosos, como a série dos Beatos, em obras impressas, em transmissões do vídeo, indicam que nosso mundo continua e se transforma em esperanças e objetivos. Mas, se o bibliotecário do século 20, pode esboçar o perfil dessa inquietação e vislumbrar claramente a sua atividade através dos tempos, não vemos motivo para dúvidas de ser ou não ser bibliotecário.

Ser bibliotecário, a nosso ver, é trabalhar com os olhos voltados para o futuro promissor das bibliotecas, dos arquivos documentários e de nossas entidades de classe. Eis o dever de quantos exercem essa honrosa profissão e habitam a terra abençoada e amorável do Brasil.

.....ooo.....

Digitalizado gentilmente por:

1. **TEMA CENTRAL – AS BIBLIOTECAS E OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EM FUNÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.**

- Informática
- Planejamento
- Instalações e equipamentos
- Organização Bibliográfica

2. **TEMÁRIO DAS SEÇÕES**

- Documentação Agrícola
- Documentação Bio-médica
- Documentação Jurídica e Administativa
- Documentação Sócio-Econômica
- Documentação Científica e Tecnológica
- Bibliotecas: Infantis, Ambulantes e Especiais

3. **REUNIÕES ESPECIALIZADAS**

- CFB
- CRBs
- FEBAB
- IBBD/CDU
- IBBD/CCO
- ABEBD
- MINTER – Rede de informações
- Bibliotecas Centrais Universitárias

4. **PAINEL DO INL – BIBLIOTECAS PÚBLICAS**
– BIBLIOTECAS ESCOLARES

Digitalizado gentilmente por:

TESES E TRABALHOS INFORMATIVOS

1. TEMA – DOCUMENTAÇÃO AGRÍCOLA

– Carvalho, Alzira E. F. de Padim, Maria T. Botelho
Método audiovisual para difusão de normas de referências bibliográficas.

– Mattos, Carmélia R. de e Guimarães, Luisa P.
A informação agrícola para o desenvolvimento nacional: situação atual da informação agrícola no Brasil.

– Porto, Angela Maria Lyra
Recursos reprográficos nas pequenas bibliotecas agro-pecuárias brasileiras.

– Rosinha, Raul C.
EMBRAPA: tecnologia agrícola para o desenvolvimento.

– Rosinha, Raul C.
Periódicos brasileiros de agricultura.

– Vicentini, Abner L. Corrêa e Rosinha, Raul C.
O sub-sistema de informação agrícola.

2. TEMA – DOCUMENTAÇÃO BIOMÉDICA

– Aguiar Población, Dinah A
Serviço de informação aos especialistas: pesquisa bibliográfica no currículo das Escolas da Ciência da Saúde.

– Andrade, Maria T. Dias de e Noronha, Daisy P.
Técnica da pesquisa bibliográfica para alunos da Faculdade de Saúde Pública da USP: experiência didática.

– APB/GBB
Cabeçalhos de assuntos médicos.

– Della Fuente, Mercedes e Silveira, Maria C.F. da
Cabeçalhos de assunto para bibliotecas médicas brasileiras.

– Della Fuente, Mercedes e Pastore, Elga de S.
Cabeçalhos de assunto, unitermos e indexação coordenada: uma tentativa em livros.

– FEBAB/CBDB
Guia de instituições biomédicas brasileiras.

– Machado, Maria Matilde Dias
Organização de bibliotecas biomédicas.

– Mello, Maria Pompéia Sampaio de
Implantação de um sistema de aquisição planificada e

Digitalizado gentilmente por:

cooperativa de periódicos nas bibliotecas biomédicas do Estado de São Paulo.

– Parlatori, Sonia M.P. e Gandara, M.M. Guimarães
Guia biomédico de levantamentos bibliográficos.

– Pastore, E. de Souza e Della Fuente, Mercedes
Registro e controle de publicações seriadas pelo sistema de arquivamento com margem vertical, visi-record: uma experiência da catalogação retrospectiva da coleção do Instituto Adolfo Lutz.

3. TEMA – DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

– APB/GTT
Cabeçalhos de assunto usados na área tecnológica.

– APB/GTT
Catálogo coletivo de livros em tecnologia, letra A.

– APB/GTT
Fichas analíticas de revistas luso-brasileiras de tecnologia.

– APB/GTT
Periódicos brasileiros de tecnologia existentes em bibliotecas de São Paulo.

– APB/GTT
Thesaurus of engineering and scientifique terms; traduções da parte introdutória.

– Botelho, T.M. Guedes e Lima, Ida M. Cardoso
Estudo da dispersão de artigos de periódicos, baseado numa análise matemática da bibliografia brasileira de documentação, 1966/70.

– Camargo, Maria L.S. Cintra e Appy, R. Luthold
Fontes de referência para periódicos.

– Carvalho, Helena M. Santos e outros
O bibliocentro e a aquisição computarizada.

– Fonseca, Edson Nery da
Condição essencial para o estabelecimento de uma rede nacional de informação científica e técnica.

– Gabriel, Antonio
O catálogo coletivo de livros em tecnologia.

– Kirihata, Neusa Keiko Imano
Arquivo de dados hidrológicos.

– Lage, Lúcia Maria de Oliveira
Processos de aquisição e disseminação de informações técnicas da USIMINAS.

Digitalizado gentilmente por:

– Marques, Sílvia Augusta
Indexação por desdobramento: um modelo para arquivos mortos.

– Martinelli, Pedro Luiz
Uma aplicação de computação eletrônica no arquivamento de plantas e mapas: recuperação através de palavras-chave.

– Monte, S. Sílvio do e Bargetzi, C.R. de Carvalho
A microfilmagem na documentação.

– Pinto, Cigié Bins
As dificuldades e etapas da elaboração de um índice: modos de indexar e a colaboração autor-bibliotecário.

– Schleyer, J. Rebeca e Passos, I.F. Martins
Racionalização de processos técnicos para a disseminação de informações.

– Schreiner, Heloísa B. e Lubisco, M.G. Lienert
Um centro de informações para as indústrias da construção civil. O Setor de Documentação do Núcleo Orientado para a Industrialização da Edificação: NORIE.

– Senatore, Theresinha Bacchiega
Automatização do sistema de documentação.

– Siqueira, Lourdes Mesquita
O sistema centralizado de aquisição e de tratamento do material bibliográfico do Centro Técnico Aeroespacial.

– Sousa, João Laurentino de
O usuário brasileiro e o SNICT.

– Souza, Sebastião de
A biblioteconomia frente à informática.

– Veiga, E. de Azevedo e Jakobson, Sara Roitman
Índice em cadeia.

– Vicentini, Abner L. Corrêa e outros
O centro de informática do M. M. E. e sua contribuição para o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

4. TEMA – DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

– Alegria, Iza Araújo
O conjunto das bibliotecas militares como instrumento representativo no desenvolvimento nacional.

– Amarante, Nylma Thereza de Salles Velloso
Biblioteconomistas e Documentalistas: análise profissiográfica.

Digitalizado gentilmente por:

– Andrade, Ruth C. e Silva, Tânia M. V.
Serviço de permuta entre as bibliotecas jurídicas no Estado de Pernambuco.

– Atienza, Cecília Andreotti
Plano de organização da Seção de Documentação e Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo.

– Coutinho, Maria Laura
O catálogo de referência legislativa da seção de legislação brasileira, do centro de documentação e informação da Câmara dos Deputados.

– Lion, Maria Laura da Cunha
Assessoramento técnico na Câmara dos Deputados: depoimento de uma bibliotecária como assessora.

– Mendonça, Maria de L.A. e Teixeira, M.R. Marques
Documentação administrativa.

– Rocha, Juracy Feitosa
Publicações oficiais brasileiras: um tema para o VIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

– Santos, Vergínia Astrid Albuquerque de Sá
A organização das publicações das Nações Unidas, na Seção de Coleções Especiais, da Divisão de Biblioteca, do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

– Weis, Hilcke Frederica
Legislação federal de biblioteconomia e assuntos correlatos: 1964-72.

5. TEMA – DOCUMENTAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

– APB/GTCS
Grupo de Trabalho em bibliotecas de Ciências Sociais e Humanas de São Paulo.

– Ferreira, Maria Nazareth
Projeto de índice para uma enciclopédia geral publicada em fascículos.

– Mesquita, Elyanna de N. e Botelho, T.M.G.
A Divisão de Documentação do Departamento de Administração do Ministério da Fazenda face ao SNICT.

– Pereira, Maria de Nazareth e outros
A rede de bibliotecas da Amazônia.

– Souza, Francisca Ribeiro S.F. e outros
O usuário e a caracterização de seus hábitos e interesses.

Digitalizado gentilmente por:

— Vicentini, Abner L. Corrêa
Informática para o desenvolvimento sócio-econômico.

6. TEMA — BIBLIOTECAS PÚBLICAS

— Leite, M. de Lourdes e Nascimento, Mirian S.
Criação e implantação de catálogo coletivo da região do grande ABC.
— Russo, Laura Garcia Moreno
Bibliotecas públicas municipais do Estado de São Paulo: Situação e sugestões.
— SESI - São Paulo
Bibliotecas do SESI em 1973.
— Tavares, Denise Fernandes
Prioridade nos programas de bibliotecas.

7. TEMA — BIBLIOTECAS INFANTIS, ESCOLARES, AMBULANTES E ESPECIAIS

— Aragão, Adalgisa M. de
Bibliotecas escolares.
— Bejes, Nylzamira C. e Dias, Marly Schaffer
Orientação de pesquisa bibliográfica sistematizada em bibliotecas escolares.
— Cunha, Inácia Rodrigues dos Santos
O sistema de bibliotecas escolares da Fundação Educacional do Distrito Federal.

8. TEMA — BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

— Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias: relatório.
— Corujeira, Lindaura Alban
Projeto de instalação da Biblioteca Anísio Teixeira da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.
— Cunha, Maria Luísa Monteiro
Bibliotecas universitárias: algumas considerações acerca da situação no Brasil.
— Pires, Maria Celeste Firmo e outros
Participação das bibliotecas universitárias e escolares de biblioteconomia nas atividades do CRUTAC.

Digitalizado gentilmente por:

— Quemel, Maria A. R. e Medeiros, Olímpio J.
Projeto CAD: controle automatizado de duplicatas.

9. TEMA — BIBLIOTECÁRIOS E LIVREIROS

— Espírito Santo, Alexandre do
Sistema de aquisição computarizada.
— Frota, Lia Manhães de Andrade
Catalogação na fonte: resultado da colaboração entre editores e bibliotecários.
— Ministério da Fazenda.
Diretrizes biblio-editorial-gráficas para elaboração e apresentação de publicações periódicas.
— Sibeijin, Jan
Automação de um sistema de assinaturas de revistas por via aérea.

10. TEMA — DIVERSOS

— CRB - 2
Perfil das bibliotecas de Belém.
— Cunha, V
APBBa: 21 anos de realizações.
— Di Martino, Isaura M.S.
Normas para a transcrição de coleções.
— Escola de Biblioteconomia e Comunicações da Universidade Federal da Bahia.
Informe.
— FEBAB
Mercado de trabalho.
— Hamar, Alfredo Américo
O I Congresso Brasileiro de Ensino e Pesquisa da Comunicação: relatório.
— Lorche, Irene e outros
Catalogação de publicações seriadas: aplicação do sistema vertical racional dos catálogos internos.
— Miranda, Normanda Santos
A CDU no controle de documentos não convencionais.
— Russo, Laura Garcia Moreno
A FEBAB: estrutura e funcionamento.
— Russo, Laura Garcia Moreno
O CFB: organização e legislação.
— Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de enfermagem: pesquisa bibliográfica.

Digitalizado gentilmente por:

7.º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Belém, Pará — 29 de julho a 4 de agosto de 1973

RECOMENDAÇÕES

À FEBAB, ÀS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, AO CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA E CONSELHOS REGIONAIS

1 Que os bibliotecários encaminhem reivindicações de interesse da classe por intermédio do CFB e da FEBAB a Deputados de sua escolha, solicitando-lhes seja consultada a Assessoria Técnica Especializada da Câmara dos Deputados para estudos de viabilidade e elaboração de Ante-projetos de lei.

2 Que usem de todos os meios de comunicação de massa para divulgação da importância da leitura através das bibliotecas e centros de documentação.

3 Que se incumbam, de melhor esclarecer aos órgãos de Administração de Pessoal que os campos de atuação dos bacharéis em Biblioteconomia e Documentação — contidos na Lei n.º 4084/62 — tanto nos órgãos governamentais como particulares abrangem chefias, direções, assessorias, consultorias técnicas, bem como as diferentes denominações a eles relativas.

AO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

4 Que prepare uma publicação destinada a organização de grupos ou sociedades de "Amigos da Biblioteca", para orientação dos prefeitos municipais e diretores de estabelecimentos de ensino na promoção dos meios indispensáveis — Legislação e Recursos Financeiros — à implantação de bibliotecas públicas e escolares.

5 Que o treinamento de *Atendentes de Bibliotecas* seja ministrado por Bibliotecários, e em São Paulo, pelo Departamento Estadual de Bibliotecas, cuja criação foi proposta no 7.º CBBD.

6 Que mantenha bibliotecários itinerantes vinculados às Representações Estaduais a fim de dar assistência técnica aos atendentes das bibliotecas e salas de leitura em cada Estado.

Digitalizado gentilmente por:

À BIBLIOTECA NACIONAL E DEMAIS INSTITUIÇÕES

7 Que promovam a adoção obrigatória, pelos órgãos oficiais editores, do número do livro (ISBN), cuja implantação no País vem sendo estudada por Comissão instituída durante o II Encontro de Editores de Livros.

AO INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

8 Que a Comissão Nacional do Catálogo Coletivo dê ênfase a um sistema Nacional de Aquisição Planificada de material estrangeiro.

9 Que seja fortalecido o Sistema Nacional de Catalogação Cooperativa.

10 Que organize, em colaboração com as Universidades e Instituições especializadas, um cadastro de tradutores e promova o acesso às traduções elaboradas pelas diversas instituições especializadas.

11 Que as redes regionais de bibliotecas e os sub-sistemas de informação se articulem com o Catálogo Coletivo Nacional a fim de ser evitado duplicação de esforços.

ÀS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

12 Que consignem em seus orçamentos verba não inferior a 5% do orçamento total da Entidade às suas bibliotecas.

13 Que concedam autonomia técnica e administrativa às suas bibliotecas.

AO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

14 Que estude um novo currículo mínimo para cursos de graduação em biblioteconomia, mais condizente com o desenvolvimento científico e tecnológico que o País atravessa.

15 Que seja incluída como disciplina obrigatória, nos currículos do 1.º e 2.º graus e do ensino superior, a disciplina "Pesquisa Bibliográfica" a ser ministrada por Bibliotecários.

16 Que estude a possibilidade de se aumentar a duração dos cursos de Biblioteconomia para 8 semestres ou equivalente em horas-aula.

17 Que reforce a fiscalização dos Estabelecimentos de Ensino, no que respeita à exigência de possuirem bibliotecas próprias a fim de obterem autorização para funcionamento ou reconhecimento por parte do C.F.E.

18 Que constitua um grupo de especialistas, representantes das Escolas e Cursos de Biblioteconomia do País, para assessoramento à Comissão presidida pela Profa. Ester de Figueiredo Ferraz encarregada de estudar o novo currículo mínimo de biblioteconomia.

Digitalizado gentilmente por:

AO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

19 Que a Comissão de Coordenação do SNICT constitua um grupo de trabalho para estabelecer as normas de referência documentária compatíveis com o UNISIST.

20 Que seja estudada a possibilidade de inclusão do PRODASEN como órgão de apoio do SNICT.

21 Que estude a possibilidade de inclusão no SNICT de um Subsistema de Informações Sócio-Econômica e Financeiras, a cargo do Ministério da Fazenda.

22 Que consigne recursos para um projeto destinado a experimentar em cinco anos, um sistema nacional de Aquisição Planificada de material estrangeiro, dentro do SNICT.

AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

23 Que estude um programa de incentivo e assistência às bibliotecas escolares visando a torná-las aptas a desempenhar sua missão.

24 Que estude a inclusão de técnica de pesquisa bibliográfica em programas de formação de professores de todos os graus, para prepará-los a conduzir seus alunos à prática dessa mesma técnica e que a mesma seja ministrada por bibliotecários.

AO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

25 Que o Subsistema de coleta e disseminação no Exterior do SNICT proporcione cobertura adequada, inclusive acompanhamento sistemático, dos pedidos de patentes depositados por empresas brasileiras em outros países.

AO MINISTÉRIO DO INTERIOR

26 Que crie outras Redes de Bibliotecas, a exemplo da REBAM, nas demais Superintendências, sob sua jurisdição e dentro do Projeto SIPLAN.

AOS MINISTÉRIOS DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

27 Que estude a possibilidade de se criar uma rubrica especial nos orçamentos públicos para a aquisição de material bibliográfico, uma vez que esse material tem características distintas de demais considerados permanentes.

Digitalizado gentilmente por:

AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

28 Que mantenha permanente apoio à Coordenadoria do Subsistema de Informação Agrícola.

À SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

29 Que dê apoio financeiro e permanente à REBAM a fim de que a mesma possa realizar e concretizar seu programa de trabalho, constante do seu Protocolo de Intenções e do seu Regulamento.

ÀS ENTIDADES DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES e CEPES)

30 Que incluam os bibliotecários entre os beneficiados com bolsas de estudo para aperfeiçoamento no Exterior, onde além dos estudos superiores, terão oportunidade de estagiar em bibliotecas e centros de documentação.

AOS GOVERNOS ESTADUAIS

31 Recomenda-se a criação de "Cursos de orientação do uso da Biblioteca" nas escolas primárias, ginásios e escolas normais, a serem ministrados por bibliotecários, destinados aos alunos e professores para que seja criada uma conscientização a respeito de Biblioteca, não só para que haja rendimento para o leitor, despreparado para a realização de pesquisa, como preservar o acervo bibliográfico que vem sendo terrivelmente danificado.

32 Recomenda-se a necessidade de instalarem Bibliotecas Públicas Infanto-Juvenis porque crianças e jovens se constituem um público importante, de necessidade irreversível e imediata.

33 Recomenda-se a instalação de Bibliotecas Públicas Infanto-Juvenis, funcionando como agências de cultura com o objetivo de formarem o hábito de leitura e de servirem de centro de estudos e pesquisas para atender às necessidades atuais da criança e do jovem.

Digitalizado gentilmente por:

AO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

34 Que seja constituído um grupo de trabalho para elaborar Projeto, visando a criação do Departamento Estadual de Bibliotecas, vinculado à Secretaria de Educação.

35 Que nas sedes das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo sejam criadas Bibliotecas Públicas Regionais, vinculadas ao Departamento Estadual de Bibliotecas, da Secretaria de Educação, cuja criação foi proposta no 7.º CBBD.

AO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

36 Que seja constituído um grupo de trabalho, do qual participem Arquitetos e Bibliotecários, a fim de ser elaborado um Projeto Global da construção de novas Bibliotecas nos Distritos e Subdistritos de São Paulo.

37 Que as 35 Bibliotecas Ramais dos Distritos e Subdistritos do Município de São Paulo, passem a ser dirigidas por Bibliotecários, em atenção a Lei Federal n.º 4084/62 e para melhor atendimento ao público que as procura.

AOS ÓRGÃOS EDITORES DE PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS EM BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

38 Que divulguem instruções ou que forneçam informações sobre a utilização em publicações do *International Standard Book Numbers.*

À EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA.

39 Que inclua em seus programas orçamentários e técnicos, recursos adequados para o desenvolvimento das bibliotecas agrícolas brasileiras, através da criação de um Departamento de Documentação e Informação.

AOS BIBLIOTECÁRIOS DE BIBLIOTECAS ESCOLARES EM TODOS OS NÍVEIS

40 Que procurem estimular a realização de cursos de treinamento em pesquisa bibliográfica em suas instituições.

41 Que aceitem os encargos de ministrar cursos de treinamento em pesquisa bibliográfica.

Digitalizado gentilmente por:

AOS BIBLIOTECÁRIOS DA ÁREA BIOMÉDICA

42 Que participem dos trabalhos e dos programas dos Grupos de Trabalho das Associações de Bibliotecários, cuja coordenação é de responsabilidade da Comissão Nacional de Documentação Biomédica, da FEBAB.

AOS BIBLIOTECÁRIOS DA ÁREA TECNOLÓGICA

43 Que participem dos trabalhos e dos Programas dos Grupos de Trabalho das Associações de Bibliotecários, cuja coordenação é de responsabilidade da Comissão Nacional de Documentação Tecnológica, da FEBAB.

AOS BIBLIOTECÁRIOS DA ÁREA AGRÍCOLA

44 Que participem dos trabalhos e dos programas dos Grupos de Trabalho das Associações de Bibliotecários, cuja coordenação é de responsabilidade da Comissão Brasileira de Documentação Agrícola, da FEBAB.

À COMISSÃO ORGANIZADORA DO 7.º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

45 Que encaminhe ofício à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados enfatizando a importância dos projetos de lei sobre "Catalogação na fonte" de autoria do Deputado Faria Lima.

ÀS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS

46 Que todas as Bibliotecas do Brasil procurem participar ativamente do Projeto REBAM, auxiliando o levantamento da Bibliografia da Amazônia.

À COMISSÃO ORGANIZADORA DOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

47 Que em todos os Congressos sejam incluídos os temas "Bibliotecas Públicas" e "Bibliotecas Escolares".

48 Que seja incluído nos temários dos próximos Congressos o assunto específico "Movimento Associativo".

Digitalizado gentilmente por:

49 Que os Regulamentos dos próximos Congressos estabeleçam normas para a elaboração de trabalhos – base para cada tema ou sub-tema, devendo os mesmos ser confiados a bibliotecários de comprovada experiência no campo específico, e que só sejam aceitos como documentos oficiais os trabalhos assim encomendados.

50 Que nos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação seja permitida somente a inscrição de profissionais.

51 Que nos próximos Congressos, as atividades do Conselho Federal de Biblioteconomia passe a fazer parte do temário a fim de tornar a classe melhor informada das atividades de sua representação máxima.

VOTOS DE PESAR

52 Os participantes do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação manifestam seu pesar pelo desaparecimento dos Bibliotecários OLINDA HEMPEL DE CAMARGO, do Instituto Adolfo Lutz, de São Paulo; JEANETTE ALBUQUERQUE, ex-diretora da Biblioteca Volante da Universidade de Brasília e do Professor DAVID LEONI, da Escola de Biblioteconomia de São Paulo.

CONGRATULAÇÕES

53 Que se encaminhe ao Deputado Faria Lima congratulações pela apresentação do Projeto de Lei sobre a "Catalogação na Fonte".

54 Os participantes do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação formulam um voto de louvor à Professora HAGAR ESPANHA GOMES pelo trabalho que vem desempenhando à frente do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação no sentido de integração dos serviços de informação.

55 Os participantes do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação congratulam-se com o Ministro JARBAS PASSARINHO pela nomeação para o Conselho Federal de Cultura, da Bibliotecária MARIA ALICE BARROSO.

56 Os participantes do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação congratulam-se com o Ministro JARBAS PASSARINHO pela Condecoração da Bibliotecária JANNICE DE MELLO MONTE-MÓR, com a Ordem Nacional do Mérito Educativo.

57 Os participantes do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação congratulam-se com a Bibliotecária MARIA ALICE BARROSO pelo magnífico trabalho que vem realizando como Diretora do Instituto Nacional do Livro.

Digitalizado gentilmente por:

5B Os participantes do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação congratulam-se com a Bibliotecária JANNICE DE MELLO MONTE-MÓR, pelo notável trabalho que vem realizando como Diretora da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

59 Os participantes do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação congratulam-se com IBBD, UFMG, ABDF e FEBAB pelo lançamento de revistas especializadas de alto nível e que vem representando condignamente a biblioteconomia brasileira.

60 Os participantes do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação congratulam-se com o Bibliotecário MURILO BASTOS DA CUNHA, pelo trabalho que vem realizando no desempenho das funções de Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia.

61 Os participantes do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação congratulam-se com o INL, SUDAM, BASA, Universidade Federal do Pará, IDESP, IPEAN, Museu Paraense Emílio Goeldi e Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, pelo patrocínio e pelo apoio dado ao 7.º Congresso.

62 A FEBAB e suas Associações filiadas congratulam-se com os Bibliotecários Paraenses, pelo êxito obtido com a realização do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

8.º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

63 Os participantes do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação aceitam o oferecimento da Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1.ª Região, do Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, para a realização do 8.º Congresso em Brasília, DF, em 1975.

64 Que o tema Central do B.º Congresso seja: RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS BIBLIOTECAS NO PLANO EDUCACIONAL DO BRASIL.

Que sejam incluídos no Temário do B.º Congresso os assuntos "Bibliotecas Especializadas", "Bibliotecas de Órgãos Legislativos" e "Publicações Oficiais Brasileiras", "Conceituação de Biblioteconomia e Documentação", "Ciência da Informação e Informática".

66 O Presidente da Associação Riograndense de Bibliotecários congratula-se com a Associação de Bibliotecários do Distrito Federal pela escolha de Brasília para sede do próximo Congresso, e oferece o Rio Grande do Sul para a realização do 9.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

Digitalizado gentilmente por:

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO PESSOAL CIVIL
PORTARIA 140, DE 8 DE AGOSTO DE 1973

O Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, usando da atribuição que lhe confere o artigo 27, item XV, do Regimento aprovado pela Portaria 131, de 2 de junho de 1970, resolve:

Aprovar a Escala de Prioridade do Departamento Administrativo do Pessoal Civil – DASP, prevista no art. 11, item 1 da Lei 5645, de 10 de dezembro de 1970, em conformidade com a Instrução Normativa 5, de 23 de outubro de 1972.

Glauco Lessa de Abreu e Silva
Diretor-Geral

Escala De Prioridade
Bibliotecário A e B

Armazenamento, seleção e divulgação, sistemáticos, de informações técnico-administrativas.

Diário Oficial da União de 10-8-73 - p. 7876

BIBLIOTECÁRIO "A"	3.300,00
BIBLIOTECÁRIO "B"	3.900,00

Digitalizado gentilmente por:

DASP – Portaria 146, de 17 de agosto de 1973
Diário Oficial – Seção I – Parte II
Suplemento, de 31 de agosto de 1973 – p. 67-68

DENOMINAÇÃO DA CLASSE
BIBLIOTECÁRIO "B" – CÓDIGO: NS – 932.4

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DA CLASSE

Atividades de supervisão, cordenação, programação ou execução especializada em grau de maior complexidade, referentes a trabalhos de pesquisa, estudo e registro bibliográfico de documentos e informações culturalmente importantes

EXEMPLOS TÍPICOS DE TRABALHOS DA CLASSE

1. Supervisionar, assessorar e coordenar bibliotecas, centros de documentação e serviços de informação.
2. Planejar e implantar sistema de bibliotecas, centros ou serviços de documentação e de informação bem como a elaboração de normas e manuais de serviços.
3. Promover a ligação e colaborar com os outros órgãos e equipes de trabalho, prestando-lhes assistência técnica.
4. Estabelecer e executar a política de seleção e aquisição de livros, periódicos e publicações, controlando e prevendo os recursos orçamentários específicos.
5. Promover o estabelecimento do sistema de controle e registro do material documental.
6. Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos de catalogação e classificação.
7. Planejar, organizar e promover a manutenção dos catálogos existentes na biblioteca, centro ou serviços de informação, visando à sua revisão e atualização.
8. Realizar estudos sobre o sistema de classificação a ser adotado.
9. Planejar e executar serviços de indexação incluindo o estabelecimento e atualização das linguagens de indexação que forem pertinentes, como "thesauri" e classificações especializadas.
10. Planejar e executar serviços de disseminação de informações, incluindo a elaboração de perfis de interesse dos usuários, preparação de publicações de notificação corrente, de resumos ou outros tipos, promovendo sua distribuição e circulação.
11. Planejar e executar serviços de referência.

Digitalizado gentilmente por:

12. Supervisionar, coordenar e executar pesquisas bibliográficas correntes e retrospectivas.
13. Planejar as atividades de extensão, tais como exposições, assistência e orientação aos leitores e atividades culturais em geral.
14. Planejar e executar a aplicação de métodos convencionais e não convencionais, inclusive com emprego de equipamento eletrônico de processamento de dados para a armazenagem e recuperação de informações documentais.
15. Normalizar a apresentação de documentos e os métodos de sua indexação e difusão.
16. Fazer pesquisas relacionadas com as atribuições de cargo e extrair translados de textos antigos.
17. Coligir dados bibliográficos e históricos.
18. Manter contatos com setores de documentação nacionais e estrangeiros.
19. Colaborar na divulgação de conhecimentos, descobertas, pesquisas e outros trabalhos.
20. Colaborar com os interessados em documentação de várias espécies para elaboração de ensaios.
21. Planejar a criação e implantação de serviços reprográficos.
22. Planejar a implantação de serviços e a utilização de recursos audiovisuais.
23. Levantar e elaborar dados estatísticos e proceder à sua interpretação e apresentação.
24. Apresentar relatórios.
25. Desempenhar tarefas semelhantes.

FORMA DE RECRUTAMENTO

Progressão funcional dos ocupantes de cargos da classe "A" de Bibliotecário, ou outra forma legal de provimento.

QUALIFICAÇÕES ESSENCIAIS PARA O RECRUTAMENTO

ESCOLARIDADE: A exigida para ingresso na Categoria Funcional.

EXPERIÊNCIA: 3 (três) anos de exercício da classe "A" de Bibliotecário, e 4 (quatro), no mínimo de experiência profissional.

OUTRAS QUALIFICAÇÕES:

Diploma ou certificado de conclusão de curso de especialização ou aperfeiçoamento, com vistas ao exercício das atribuições da classe "B" de Bibliotecário.

Digitalizado gentilmente por:

PERÍODO DE TRABALHO

Jornada de trabalho estabelecida pela repartição de conformidade com o respectivo funcionamento, observado o mínimo de 30 (trinta) horas semanais, podendo haver convocação sempre que o exigir o interesse do serviço.

DENOMINAÇÃO DA CLASSE
BIBLIOTECÁRIO "A" — CÓDIGO: NS — 932.2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DA CLASSE

Atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, relacionadas com o trabalho de pesquisa, estudo e registro bibliográfico de documentos e informações culturalmente importantes.

EXEMPLOS TÍPICOS DE TRABALHO DA CLASSE

1. Executar ligação e colaborar com os outros órgãos e equipes de trabalho, prestando-lhes assistência técnica.
2. Executar a política de seleção e aquisição, controlando e prevendo os recursos orçamentários específicos.
3. Sugerir planos de novos serviços, técnicas e instalações.
4. Estabelecer o sistema de controle e registro do material documental.
5. Catalogar e classificar o material bibliográfico e não bibliográfico.
6. Promover a manutenção dos catálogos existentes na biblioteca, centro de documentação ou serviço de informação visando à sua revisão e atualização.
7. Realizar estudos sobre o sistema de classificação a ser adotado.
8. Executar serviços de indexação incluindo o estabelecimento e atualização das linguagens de indexação que forem pertinentes, como "thesauri" e classificação especializada.
9. Executar serviços de disseminação de informações, incluindo a elaboração de perfis de interesse dos usuários, preparação de publicações de notificação corrente, de recursos ou outros tipos, promovendo sua distribuição e circulação.
10. Executar serviços de referencia.
11. Executar pesquisas bibliográficas correntes e retrospectivas.

Digitalizado gentilmente por:

12. Executar atividades de extensão tais como exposições, assistência e orientação aos leitores e atividades culturais em geral.
13. Executar tarefas com a aplicação de métodos convencionais e não convencionais, inclusive com emprego de equipamento eletrônico de processamento de dados, para a armazenagem e recuperação de informações documentais.
14. Normalizar a apresentação de documentos e os métodos de sua indexação e difusão.
15. Executar serviços reprográficos.
16. Controlar, revisar e selecionar o serviço de permuta e doação de livros, periódicos e publicações.
17. Examinar os catálogos dos editores e demais fontes para a seleção documental.
18. Colaborar na organização de relatório anual.
19. Selecionar o material bibliográfico e não bibliográfico.
20. Participar na elaboração de manuais e normas de serviço.
21. Coordenar estudos e trabalhos que se relacionem com as atribuições do cargo.
22. Planejar e orientar novos sistemas de arquivo, fichário e códigos.
23. Supervisionar a execução e divulgação de pesquisas de caráter histórico, histórico-geográfico, político, administrativo e didático.
24. Dar pareceres em assuntos de sua especialidade.
25 Zelar pela conservação do material documental sob sua guarda.
26. Executar serviços relacionados com a utilização de recursos audiovisuais, principalmente do ponto de vista da atualização desses materiais.
27. Levantar e elaborar dados estatísticos e proceder à sua interpretação e apresentação.
28. Apresentar relatórios.
29. Desempenhar tarefas semelhantes.

FORMA DE RECRUTAMENTO

Concurso público, ascensão funcional ou outra forma de provimento.

QUALIFICAÇÕES ESSENCIAIS PARA O RECRUTAMENTO

ESCOLARIDADE: Diploma de Bacharel em Biblioteconomia, devidamente registrado.

Digitalizado gentilmente por:

EXPERIÊNCIA .....
OUTRAS QUALIFICAÇÕES .....

PERÍODO DE TRABALHO

Jornada de trabalho estabelecida pela repartição de conformidade com o respectivo funcionamento, observado o mínimo de 30 (trinta) horas semanais, podendo haver convocação sempre que o exigir o interesse do serviço.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE OESTE DE MINAS GERAIS CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

A Documenta 153 do CFE publicou extenso Relatório, apresentado ao Conselho pelo Relator Professor Tarcisio Meirelles Padilha sobre o pedido de reconhecimento do Curso de Biblioteconomia da Universidade supracitada. Cinco exigências foram feitas. No próximo número publicaremos dados sobre a matéria.

Digitalizado gentilmente por:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI
1 388 de 1973

Acrescenta parágrafo único ao art. 50 da Lei n.º 5 692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, dispondo sobre a criação de bibliotecas nas empresas.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.)

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1.º - Fica acrescentado ao art. 50 da Lei n.º 5 692, de 11 de agosto de 1971, parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 50 .....
....."

"Parágrafo único. Para atender ao disposto neste artigo, ficam as empresas obrigadas, inclusive, a manter bibliotecas afins com as suas atividades e de assuntos de interesse da comunidade."

Art. 2.º - Dentro do prazo de 90 dias, da data da publicação desta lei, as empresas adaptar-se-ão à exigência constante do parágrafo único acrescentado por esta lei.

Art. 3.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973. — *Faria Lima.*

Justificação

A educação possibilita a maximização dos recursos humanos. A elevação do nível de escolaridade e da capacitação funcional são alguns dos principais caminhos que nos levam à produtividade.

Na falta de base escolar formal, torna-se indispensável promover uma continuidade cultural. A leitura bem orientada contribui para não se perder o impulso básico dado pela escola primária, além do permanente provimento de novas idéias que levam para frente as reservas intelectuais latentes em cada um.

Em país como o nosso, onde a maioria dos alfabetizados se limita aos estudos primários, a biblioteca aliada aos métodos audiovisuais passou a ser o único meio efetivo de influência cultural operante, o elo de ligação entre as necessidades da empresa e o prolongamento da atividade escolar.

A mais importante modificação que se operou na biblioteca no

Digitalizado gentilmente por:

correr dos séculos foi sua transformação de órgão estático em dinâmico. De depósito de livros passou a ir à procura do leitor, no afã de conciliar a coleção bibliográfica às necessidades maiores de sua clientela. Foi na verdade a mudança mais radical de todos os seus princípios, refutando a idéia inicial da aristocracia do saber e adotando a democratização cultural. (SESI de São Paulo promove cultura. Indústria e Produtividade, nov. 1969: 78-80.)

A participação da empresa brasileira na formação de mão-de-obra e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI — surgiram inicialmente com o Decreto-lei n.º 1 238 de 2-5-39, que determinou a instalação de cursos de aperfeiçoamento a serem propiciados pelas empresas que tivessem mais de 500 operários. Pelo Decreto-lei n.º 4 084, de 22-1-42 foi criado o SENAI com o objetivo primordial de realizar a aprendizagem industrial, através de Escolas ou Centros de Formação Profissional, mantidos pela própria instituição, ou sob a forma de cooperação com as empresas de categoria econômica sob sua jurisdição.

A participação direta da empresa na formação profissional e no desenvolvimento da mão-de-obra resulta, quase sempre, na implantação da escola dentro da própria empresa, assim também como a organização de centros para desenvolvimento de mão-de-obra.

Tal possibilidade é contemplada por lei, podendo as empresas aplicar os recursos devidos ao SENAI, dentro dos limites estipulados, em programas de desenvolvimento de pessoal (formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal de nível médio e superior).

"Programa de desenvolvimento de pessoal" está intimamente ligado à criação de bibliotecas. No entanto, e aqui ressaltamos contradição flagrante, como qualificar pessoal sem dar-lhe o suporte intelectual que só pode ser provido através da leitura e, como órgão cordenador da mesma, a biblioteca?

O Departamento de Documentação, Estatística, Cadastro e Informações Industriais (DECAD) da FIESP/CIESP realizou, por volta de 1971, pesquisa sobre "Bibliotecas em Indústrias da Capital do Estado de São Paulo".

Foi feita uma amostragem pela Seção de Pesquisas do DECAD, tendo a Biblioteca Roberto Simonsen se incumbido da tabulação dos dados levantados. Para efeito de delimitação do universo, a pesquisa baseou-se na divisão administrativa do Município de São Paulo. Esse levantamento foi realizado tomando-se como exemplo as indústrias que mais faturam, selecionadas da publicação "Quem é Quem na Economia Brasileira", agosto de 1970.

Digitalizado gentilmente por:

A abordagem foi feita através de questionário, aplicado diretamente pelo pesquisador.

Os resultados foram desencorajadores. Pela amostragem realizada, foi constatado que a Indústria desconhece a importância da biblioteca. Das 522 indústrias visitadas, 492 não possuem biblioteca, destas, 342 não possuem livros técnicos e *apenas 16 usam outras bibliotecas.*

Mormente tratando-se de amostragem feita no maior Estado industrial da Federação, os resultados são alarmantes. O investimento de recursos por parte das empresas em formação profissional e desenvolvimento de mão-de-obra está sacrificada pela base. Como admitir formação profissional e conseqüente produtividade industrial sem a viga mestra representada pela biblioteca?

Atualmente vemos a Universidade Brasileira assumindo, além da função cultural, uma outra, de caráter eminentemente econômico, através do Plano de Integração Universidade-Indústria. Para cobrir uma antiga lacuna do ensino superior, uniram-se os esforços do SENAI e do Instituto Euvaldo Lodi. Este Instituto, criado em 1969, com sede no Rio de Janeiro, sob os auspícios da Confederação Nacional da Indústria, do SESI e do SENAI, tem a finalidade de promover a integração Universidade-Indústria, em favor do desenvolvimento econômico e da valorização do binômio operário-estudante.

O objetivo desse Plano é dar treinamento aos jovens que terminam seus estudos superiores, complementando a formação universitária com a indispensável prática operacional realizada na própria empresa ou no ambiente da produção industrial. Pretende-se vencer o grande abismo que separa o ensino universitário da demanda empresarial. Isso vem atender à necessidade de se proporcionar aos estudantes, em algumas áreas prioritárias, meios de familiarização com o progresso tecnológico.

O que se pretende dar aos universitários é a vivência cotidiana, do trabalho dentro de uma realidade social, nem sempre a mesma daquela prevista nos códigos e manuais técnicos e preconizada pelos mestres.

Possuímos o Plano de Integração Universidade-Indústria, preconizamos a criação de bibliotecas dentro da indústria, dois focos diferentes do mesmo objetivo: o aumento da produtividade industrial. O universitário pondo em prática o que aprende nos livros e recebe dos mestres; o industriário tendo à mão explicações técnicas para o trabalho que executa ou vier a executar.

O SESI, criado pelo Decreto-lei n.º 9.403, de 25 de junho de 1946, entre suas metas básicas inclui a da elevação da produtividade industrial e atividade assemelhadas. Os objetivos principais do SESI compreendem:

Digitalizado gentilmente por:

a) alfabetização do trabalhador e seus dependentes;
b) educação de base;
c) educação para a economia;
d) educação para a saúde (física, mental e emocional);
e) educação familiar;
f) educação moral e cívica;
g) educação comunitária.

Os bens e serviços do SESI gozam da mais ampla isenção fiscal de acordo com os arts. 12 e 13 da Lei n.º 2.613, de 23-9-55.

O SESI mantém diversos tipos de bibliotecas que são localizadas nos bairros e nas cidades de maior densidade demográfica e onde o desenvolvimento do parque industrial povoa um maior índice de núcleos operários. O SESI mantém bibliotecas circulantes que proporcionam a circulação ininterrupta de um mesmo livro entre diversos leitores; ainda bibliotecas especializadas, escolares, caixas-estantes, estas últimas facilitam a locomoção do acervo até as áreas mais distantes e desprovidas de recursos. O carro-biblioteca leva à domicílio os livros aos leitores.

Embora importante o trabalho desenvolvido pelo SESI no setor de bibliotecas, fica ainda muito aquém das necessidades reais dos trabalhadores e operários da indústria. Note-se, ainda, que em áreas distantes e de menores recursos econômicos, o atendimento bibliográfico é precário.

O trabalhador necessita que a informação esteja no local de trabalho. Queremos dizer que o bibliotecário, dentro da empresa, pode auscultar as necessidades de sua clientela e provê-la de melhores recursos. Além de livros técnicos ligados à especialidade da empresa, devem constar do acervo da biblioteca obras de literatura, assim como recreativas, importantes ao deleite do espírito e à distração da mente, e que também irá refletir na produtividade de cada um.

O art. 11 do Regulamento do Serviço Social da Indústria especifica:

> "As despesas do SESI serão custeadas por uma contribuição mensal das empresas das categorias econômicas da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca, nos termos da lei."

Como órgãos de auxílio às indústrias e sustentadas pelas mesmas, o SESI e o SENAI podem promover a orientação e o assessoramento na implantação de bibliotecas nas empresas. Assessorar quanto ao planejamento, instalação, pessoal e processos técnicos e também verificar as exigências legais para o funcionamento dessas bibliotecas.

Pensamos ter evidenciado a necessidade imperiosa da participação e

Digitalizado gentilmente por:

integração da empresa com os processos educacionais e de formação profissional para todos os níveis, tendo como órgão de apoio a biblioteca.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1973. — *Faria Lima.*

Legislação Citada, Anexada Pelo Autor

Lei N.º 5692
De 11 de agosto de 1971

Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, e dá outras providências.

Capítulo VI
Do Financiamento

Art. 50. As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a assegurar, em cooperação, condições de aprendizagem aos seus trabalhadores menores e a promover o preparo de seu pessoal qualificado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI
1 491, de 1973

Dispõe sobre o depósito legal, na Biblioteca da Câmara dos Deputados, dos contratos e relatórios de obras, serviços e estudos técnicos contratados por entidades públicas.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Finanças e à Mesa)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º - Fica estabelecido o depósito legal na Biblioteca da Câmara dos Deputados, dos contratos e relatórios parciais e finais de obras, serviços e estudos técnicos contratados pela administração pública com órgãos executores públicos e privados.

Digitalizado gentilmente por:

Art. 2.º - Ficam as empresas ou sociedades integrantes da órbita empresarial privada e órgãos públicos executores de obras, serviços e estudos técnicos, obrigados a remeter à Biblioteca da Câmara dos Deputados dois exemplares dos relatórios parciais e finais referentes ao andamento da obra e serviços em execução ou dos estudos técnicos contratados.

Art. 3.º - A Biblioteca depositária emitirá, no ato do recebimento dos contratos e dos relatórios, em nome do depositante legal, comprovante do cumprimento da exigência desta Lei.

Art. 4.º - O depósito deverá ser feito até sessenta dias após a entrega do relatório ao órgão contratante.

Art. 5.º - O não cumprimento do disposto nesta Lei implica no impedimento da entidade infratora de firmar novo contrato de trabalho com a Administração Pública Federal.

Art. 6.º - A autoridade administrativa infratora do artigo anterior fica sujeita às penalidades previstas na Lei n.º 1.711 de 28-10-52 que "dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos da União."

Art. 7.º - A Câmara dos Deputados publicará edital, no Diário Oficial da União, especificando os infratores da presente Lei, para conhecimento de todos os órgãos públicos da Administração Federal.

Art. 8.º - Nos editais de concorrência, será incluída cláusula exigindo o disposto nesta Lei.

Art. 9.º - A entidade infratora poderá reabilitar-se perante a Administração Federal desde que cumpra a exigência do depósito de que trata o art. 2.º desta Lei, no prazo de 60 dias da publicação do edital previsto no art. 7.º.

Art. 10.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1973. — *Faria Lima.*

Digitalizado gentilmente por:

Justificação

O Decreto-lei n.º 200 de 25-2-67 autoriza a Administração Pública a recorrer, sempre que possível, à execução indireta de obras e serviços, mediante contrato e desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos da execução.

Esta norma objetiva evitar o crescimento desmensurado da máquina estatal e também que esta possa concentrar seus esforços nas tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle da Administração.

Assim, o montante de obras, serviços e estudos contratados pela Administração Pública desde o advento do Decreto-lei n.º 200/67 vem crescendo em número e abrange os mais variados setores das atividades de interesse nacional (reforma administrativa; estudos de viabilidade econômica de planos, programas e projetos; remodelação de portos; construção de aeroportos, pontes, túneis, viadutos, muros de arrimo, barragens, usinas e muito mais.)

Todo o material documental conseqüente destas obras, serviços e estudos técnicos precisam ficar acessíveis aos estudiosos e órgãos técnicos dos vários setores e níveis governamentais.

Torna-se imprescindível que esses relatórios convirjam para um centro bibliográfico que tenha condições de dar-lhes tratamento documentário adequado e colocá-los à disposição dos interessados para conhecimento e estudo.

O art. 28 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados define a competência das Comissões Permanentes e o § 8.º do mesmo artigo especifica as atribuições da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, a saber: a) o processo de tomada de contas do Presidente da República; b) projetos de abertura de créditos adicionais; c) representações do Tribunal de Contas e recursos de suas decisões; d) planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, projetos de retificação de lei orçamentária e os referentes a abertura de créditos, após o exame, pelas demais Comissões Técnicas, dos programas que lhes disserem respeito. Compete-lhe ainda a adoção de sistemas visando ao cumprimento do processo de fiscalização dos atos do Poder Executivo previstos no art. 45 da Constituição.

Digitalizado gentilmente por:

A Constituição Federal assim dispõe:

> "Art. 45. A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta."

Por sua vez, o art. 70 estabelece:

> "Art. 70. A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do poder Executivo, instituídos por lei.
> § 1.º O controle externo do Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União e compreenderá a apreciação das contas do Presidente da República, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Considerando que o Congresso Nacional é o órgão por excelência incumbido da fiscalização orçamentária da União, bem como do "julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos; considerando que o Congresso Nacional — com suas 16 Comissões Permanentes que cobrem quase todos os campos da técnica — em sua função de órgão legislador necessita estudar e conhecer esses trabalhos técnicos de interesse nacional; considerando que a dispersão, a inacessibilidade, o desconhecimento desses trabalhos resultam em violento ônus para a Nação pela solicitação duplicada e muitas vezes simultânea de trabalhos idênticos por vários órgãos públicos e, sendo a Biblioteca da Câmara dos Deputados a central de informações desta Casa onde se encontra o repositório documental de interesse para os trabalhos legislativos, — conclui-se que o depósito obrigatório, na citada Biblioteca, dos contratos e relatórios provenientes de convênios dos órgãos públicos com entidades públicas ou privadas é de importância incontestável para o melhor desempenho das tarefas que competem a este Congresso.

. . . . . o o o . . . . .

Digitalizado gentilmente por:

Legislação Citada, Anexada Pela Coordenação Das Comissões Permanentes

Lei N.º 1711
De 28 de outubro de 1952

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Título IV

Do Regime Disciplinar

Capítulo V

Das Penalidades

Art. 201. São penas disciplinares:

I — Repreensão;
II — Multa;
III — Suspensão;
IV — Destituição de função;
V — Demissão;
VI — Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Decreto-lei N.º 200
De 25 de fevereiro de 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa, e dá outras providências.

Título XII

Das normas relativas a licitações para compras, obras, serviços e alienações

Art. 134. As obrigações, decorrentes de licitação ultimada, constarão de:

I — Contrato bilateral, obrigatório nos casos de concorrência e facultativo nos demais casos, a critério da autoridade administrativa.

II — Outros documentos hábeis, tais como cartas-contratos, empenho de despesas, autorizações de compra e ordens de execução de serviço.

§ 1.º Será fornecida aos interessados, sempre que possível, a minuta

Digitalizado gentilmente por:

do futuro contrato.

§ 2.º Será facultado a qualquer participante da licitação o conhecimento dos termos do contrato celebrado.

Legislação Pertinente, Anexada Pela Coordenação De Comissões Permanentes PERMANENTES

Resolução N.º 20, de 1971
Da Câmara dos Deputados

Título I

Da estrutura e das atribuições dos órgãos

Capítulo III

Das atribuições dos órgãos e de suas unidades integrantes

Seção VI

Da Diretoria-Geral

Subseção VIII

Da Diretoria Legislativa

Art. 80. Ao Centro de Documentação e Informação compete coordenar, controlar e dirigir as atividades de informação, assessoramento técnico-parlamentar, registro de tramitação das proposições, arquivo e avaliação de documentos, edição de publicações e de automação dos serviços internos em geral.

Art. 82. À Divisão de Arquivo compete recolher, avaliar, descrever, arranjar, custodiar e conservar os documentos de caráter legislativo e administrativo de valor histórico e legal ultimados; supervisionar as

Digitalizado gentilmente por:

atividades de avaliação e destinação dos documentos para efeito de preservação permanente, temporária ou eliminação; manter sob controle os documentos recolhidos; coordenar as atividades relativas aos arquivos correntes da Câmara dos Deputados; atender a consultas; proceder a pesquisas e levantamentos; fornecer certidões e cópias de documentos; manter intercâmbio com Arquivos e Centros de Documentação nacionais e estrangeiros; promover exposições e preparar o material a ser divulgado.

Art. 85. À Seção de Documentos Administrativos compete receber, descrever, arranjar e custodiar os documentos administrativos oficiais produzidos ou recebidos pela Câmara dos Deputados; preparar e fornecer, quando devidamente autorizada, certidões e cópias dos documentos sob sua custódia; proceder a eventuais empréstimos; atender a consultas e prestar informações; transferir os documentos do seu acervo à Seção de Documentos Históricos através da Seção de Avaliação e Recolhimento; e preparar o material a ser divulgado.

Art. 88. À Divisão de Biblioteca compete pesquisar, selecionar, adquirir, reunir e divulgar os livros e outros documentos nacionais e estrangeiros de interesse dos trabalhos legislativos; elaborar bibliografias, organizar catálogo coletivo regional; e manter intercâmbio com outras bibliotecas e centros de pesquisa.

Art. 94. À Seção de Bibliografia e Serviços Diversos compete elaborar e manter atualizadas as bibliografias de maior interesse para o Congresso Nacional; orientar as Seções da Divisão de Estudos Legislativos quanto à normalização das citações bibliográficas, técnicas e métodos utilizados na preparação dos levantamentos bibliográficos; rever, quanto à citação, bibliografia levantada por Seções da Divisão de Estudos Legislativos; preparar resumos de artigos de particular interesse informativo; examinar as obras e outros documentos recém-adquiridos, divulgando-os no âmbito do Centro; organizar e manter organizado o arquivo dos recortes de jornais; executar trabalhos de versão e tradução, reunir e elaborar o material da Seção a ser divulgado.

. . . . . o o o . . . . .

Digitalizado gentilmente por:

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO

A FID é uma entidade coletiva internacional de direito privado com sede em Bruxelas, na Bélgica, e cuja Secretaria Geral funciona em Haia, na Holanda. Sua finalidade é promover, através de cooperação internacional, a pesquisa e o desenvolvimento da Documentação (i.e., a organização, armazenamento, recuperação, disseminação e avaliação da informação) nas áreas da ciência, tecnologia, ciências sociais, artes e humanidades. É integrada por mais de 60 Membros Nacionais (o Brasil filiou-se em 1955, através do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação). É a mais antiga organização profissional nesse campo e funciona como um autêntico forum mundial para o intercâmbio de idéias e de experiências entre os principais especialistas e centros de documentação de todas as partes do mundo. A FID foi fundada em Bruxelas em Setembro de 1895 pelos cientistas belgas Otlet e La Fontaine, com o nome de Instituto Internacional de Bibliografia. A denominação atual foi adotada em 1938.

A FID é dirigida por uma Assembléia Geral, composta de representantes dos Membros Nacionais e Internacionais que se reunem a cada dois anos. A AG elege um Conselho o qual é composto de 1 Presidente, 2 Vice-Presidentes, 1 Tesoureiro e até 12 Conselheiros. No intervalo entre as seções das AG, o órgão é dirigido por um Comitê Executivo (o Presidente, os Vice-Presidentes e o Tesoureiro). O Comitê e as Comissões Técnicas são apoiados por uma Secretaria Geral. Os assuntos técnicos são distribuídos por Comissões: FID/CR Comissão para Pesquisa em Classificação; FID/RI Comissão para Pesquisas sobre as Bases Teóricas da Classificação; FID/IM Comissão sobre Teoria das Técnicas e Sistemas Mecânicos; FID/OM Comissão para Técnicas e Sistemas Operacionais Mecânicas; FID/LD Comissão para Linguística na Documentação; FID/II Comissão de Informação para a Indústria; FID/ET Comissão para Educação e Treinamento; FID/DT Comissão de Terminologia; FID/DC Comissão para Países em Desenvolvimento. A mais antiga e complexa das Comissões Técnicas é a FID/CCC — Comissão Central de Classificação. Ela possui um Grupo Executivo (FID/CCC—EG) uma Sub-Comissão para Estudos dos Fundamentos da CDU (FID/CCC—F) uma Sub-Comissão para Mecanização da CDU (FID/CCC—M) e várias Comissões de Revisão da CDU:

Digitalizado gentilmente por:

FID/C 1	Filosofia
FID/C 2	Religião
FID/C 3	Ciências Sociais
FID/C 51	Matemática
FID/C 52	Astronomia
FID/C 53	Física
FID/C 54 66	Química
FID/C 55	Ciências da Terra
FID/C 57/59	Biologia, Botânica, Zoologia
FID/C 61	Medicina
FID/C 62-1/-9	Detalhes de Engenharia
FID/C 620.1	Ensaio de materiais
FID/C 621.3	Engenharia Elétrica
FID/C 621.7/.9	Tecnologia Mecânica
FID/C 623	Engenharia Militar
FID/C 625	Engenharia Ferroviária
FID/C 628	Engenharia de Saúde Pública
FID/C 629+656	Transportes
FID/C 63	Agricultura
FID/C 64	Ciência e Economia Doméstica
FID/C 655+681.6	Indústria Gráfica
FID/C 669	Metalurgia
FID/C 676	Indústria do Papel
FID/C 677	Indústria Textil
FID/C 77	Fotografia
FID/C 8+=0/= 9	Linguística, Línguas, Literatura
FID/C 9+(1/9)	Geografia, História, etc.

A FID possui ainda duas Comissões Regionais: a FID/CAO — Comissão para a Asia e Oceania, e a FID/CLA — Comissão Latino-americana que tem como Presidente o Eng.º Guilhermo Fernández de la Garza, do México (1973-1976).

O atual Presidente da FID o Prof. Dr. Helmut Arntz, da Alemanha Ocidental. Os Vice-Presidentes são Robert Harte, dos Estados Unidos, e A.I. Mikhailov, da União Soviética.

O Brasil está representado no Conselho da FID por A.L.C. Vicentini, de Brasília.

A Comissão Brasileira da Classificação Decimal Universal (IBBD/CDU) foi criado pelo Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, pela Resolução n.º 70, 1958.

Digitalizado gentilmente por:

COMPOSIÇÃO ATUAL

DIRETORIA

Presidente

Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque
Consultor do
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Rua Voluntários da Pátria 107
20.000 — Rio de Janeiro, GB

1.º Vice-Presidente

Revdo. Pe. Astério Campos, SDB, Chefe
Departamento de Biblioteconomia
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
Fundação Universidade de Brasília
Campus Universitário
Agência Postal 15
70.000 — Brasília, DF

2.º Vice-Presidente

Noêmia Lentino
Edifício São Martinho
Rua Padre João Manuel 362 apto. 401
Cerqueira Cesar
01411 — São Paulo, SP

MEMBROS

Abner Lellis Corrêa Vicentini, Assessor-Chefe
de Documentação e Informação
Ministério das Minas e Energia
SAN — Edifício da Petrobrás, 2.º andar
70.000 — Brasília, DF

Alice Príncipe Barbosa
Diretor do Serviço de Intercâmbio de Catalogação
IBBD
Av. Gal. Justo, 171, 3.º andar
20.000 — Rio de Janeiro, GB

Digitalizado gentilmente por:

Antonio Agenor Briquet de Lemos
Departamento de Biblioteconomia
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
Fundação Universidade de Brasília
Campus Universitário
Agência Postal 15
70.000 — Brasília, DF

Cordélia Robalinho Cavalcanti, Diretora
Centro de Documentação e Informação
Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70.000 — Brasília, DF

SITUAÇÃO DAS TABELAS DA CDU EM LÍNGUA PORTUGUESA

1. **Edição Abreviada**
Publicada pela Comissão Portuguesa (CP/CDU) contém cerca de 10% da Edição Desenvolvida.

2. **Edição Média**
A ser publicada no primeiro trimestre de 1974. Terá o índice feito por computador, graças a um programa especialmente desenvolvido por Elvia de Andrade Oliveira, chefe da Seção de Bibliografia do IBBD para sua tese de Mestrado.
Esta edição conterá cerca de 30% do texto da Edição Desenvolvida.

3. **Edição Desenvolvida**
3.1 Já foram publicados:
Classe 0 — Generalidades
Classe 1 — Filosofia
Classe 2 — Religião
Seção 55 — Geologia e Geofísica

3.2 Serão publicadas no 1.º Trimestre de 1974
Seção 32 — Política
Seção 37 — Educação
Classe 8 — Línguas e Literatura

Digitalizado gentilmente por:

3.3 Serão publicadas no 2.º Trimestre de 1974
Seção 30 — Sociologia
Seção 31 — Estatística
Seção 33 — Economia
Seção 34 — Direito
Seção 35 — Administração
Seção 55 — Geologia e Geofísica (2.ª edição)
Classe 7 — Belas Artes

A CDU SE ATUALIZA

A última palavra em matéria de *Tabela Auxiliar de Tempo* foi reproduzida na P 72-42 de 31 de dezembro último. A versão anterior foi totalmente revista, mas em "6" (Divisões Geológicas, Arqueológicas, e Culturais do Tempo) parecem estar as maiores novidades. A nova tabela está valendo desde 30 de junho último.

297 *Islamismo, Maometanismo,* ganhou afinal uma extensão digna da sua importância. A P 73-7 (31.03.73) conta que a tarefa consumiu 8 anos de esforço e uma extensa consultoria de islamologistas de vários países. O documento de base foi preparado por R. Dubuc.

Geodesia, Levantamentos topográficos, Fotogrametria, Cartografia ganhou também uma exaustiva e excelente revisão. Foi um trabalho conjunto de especialistas alemães, americanos, russos, e tchecos. Está agora em 528. (P 72-36, 31.10.72)

Tudo indica que haverá alterações em 62-112. É o que prevê a P 73-4, de 28.03.73.

Quem precisar classificar documentos relativos a *Conservação da Natureza* e *Proteção da Vida Animal* tem, desde dezembro último, um ótimo instrumento para isto. Trata-se de 502 e foi publicada na PC 72-43.

Engenharia de Cursos d'Água, Portos, Baias, etc., em 627 sofreu uma reestruturação. Foi trabalho da VINITI com supervisão da CCC. Já está valendo.

Administração agrícola, de fazendas — 631.1 — sofreu uma revisão completa e a nova versão pode ser utilizada desde já. É o que diz a PC 73-3, de 28.03.73

Houve um rearranjo em *Horticultura, Floricultura, Arte floral* por sugestão da FID/C 63. A P 73-5 diz em que consiste.

Produção de leite, de laticínios e de ovos ganharam também uma classificação mais atualizada e racional. É providência da FID/C 63 (P 72-38, de 30.11.72)

Digitalizado gentilmente por:

Por proposta do Membro Nacional da Holanda, *Economia Doméstica* sofreu uma completa atualização. A notícia e a estrutura nova dessa classe saíram na P 73-12 (30.04.73)

Trabalhos sobre *Engenharia do Controle Automático* (Automatic Control Engineering) poderão a curto prazo ser classificados em 681.5. O Membro Nacional da União Soviética — VINITI — foi o autor da proposta de base (P 73-8, de 31.03.73).

681.7 é onde se classificará, doravante, *Instrumentos Ópticos*. Toda uma extensão, para uso imediato, foi publicada pela PC 73-9 e é válida desde 31.03.73

A SubComissão FID/C 54+66 (*Química e Indústria Química*) propôs alterações para os locais de classificação de alguns ítens, especialmente 66.062 *Solventes*. (P 73-6, 31.03.73)

As técnicas de estudo da *Arqueologia* e os estudos sobre *Artefatos Pré-Históricos* foram reagrupados em 902 e 903, por proposta do Sr. H. Wellish, do Membro Nacional de Israel (PC 73-13 de 30.04.73).

. . . . . o o o . . . . .

Digitalizado gentilmente por:

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO
COMISSÃO BRASILEIRA DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

Comissão Brasileira da Classificação Decimal Universal (IBBD/CDU)
Secretaria: Av. General Justo, 171, 4.º andar
20.000 Rio de Janeiro, GB
BRASIL

A Comissão Brasileira da Classificação Decimal Universal (IBBD/CDU), criada pelo Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, pela Resolução n.º 70, de 1958, RESOLVE, em sua TRIGÉSIMA Reunião, realizada em Belém, PA, no dia 2 de agosto na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), durante o 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação:

30.1 — Tomar conhecimento do trabalho apresentado ao 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação por Normanda Santos Miranda, Suelena Pinto Bandeira e Matié Nogi, Bibliotecárias da DSI/MME — Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia, intitulado *A CDU no controle de documentos não convencionais.*

Digitalizado gentilmente por:

30.2 — Tomar conhecimento da exposição oral apresentada por Suelena Pinto Bandeira sobre sua experiência e resultados obtidos com a CDU no controle de documentos existentes na Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia.

30.3 — Aprovar a Agenda apresentada nesta 30.ª Reunião.

30.4 — Receber as sugestões apresentadas para complementação da Agenda desta 30.ª Reunião.

30.5 — Receber carta, do membro da Comissão Malvina Vianna Rosa, indicando a Bibliotecária Juliana Vianna Rosa, Diretora da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, como sua suplente nesta Reunião.

30.6 — Receber carta, do membro Margarida Pinto Oliveira, indicando a Prof.ª Maria Stela Santos Pita Leite, Diretora da Escola de Biblioteconomia e Documentação da UFBa, como sua suplente nesta Reunião.

30.7 — Receber Suzana Pinheiro Machado Mueller, Substituta do Diretor da Biblioteca Central da UnB, como suplente do membro Elton Eugênio Volpini, nesta Reunião.

30.8 — Receber cópias de documentos distribuídos pela FID/CCC correspondentes ao ano de 1973.

30.9 — Tomar conhecimento da relação de documentos encaminhados pela FID, correspondentes aos anos de 1972 e 1973, referentes aos trabalhos desenvolvidos pelos seus Comitês.

30.10 — Tomar conhecimento do relatório oral, apresentado pelo Prof. Abner L.C. Vicentini, sobre o noticiário da FID/CCC e FID/CR, e também, da 3.ª Conferência Internacional sobre Estudos de Pesquisa e Classificação, que será realizada durante o mês de janeiro de 1975 na Índia.

30.11 — Tomar conhecimento do tema central da conferência a realizar-se na Índia, *Rede de informação global e Classificação.*

30.12 — Solicitar ao IBBD providências no sentido de recomendar à CP/CDU a publicação de uma tabela atualizada da Edição abreviada portuguesa da CDU.

30.13 — Tomar conhecimento da Situação das tabelas da CDU em língua portuguesa, apresentado pela Senhora Presidente da Comissão, Irene de Menezes Doria.

30.14 — Tomar conhecimento do trabalho de revisão da tradução da Classe 35 — Administração pública, elaborada por Guaraciaba F. de Azeredo Coutinho e Laura Kikue Nasuno, cujo índice se encontra em fichas.

30.15 — Tomar conhecimento do trabalho de Murilo Bastos da Cunha, de

Digitalizado gentilmente por:

extensão da subclasse 354, referente à Administração central brasileira, a ser incluído na Classe 35.

30.16 — Encarregar Zenóbia Pereira da Silva de Moraes Bastos de preparar para impressão a Edição desenvolvida da classe 55 — Geologia e Geofísica, com as atualizações já elaboradas e apresentadas nesta 30.ª Reunião, não levando em consideração a resolução 29.26.

30.17 — Estabelecer o prazo máximo de 3 meses para apresentação de quaisquer comentários ou sugestões aos trabalhos de classificação distribuídos pela Comissão para revisão e crítica.

30.18 — Tomar conhecimento do trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional de Folclore relativo à subclasse 398, publicado na *Revista Brasileira de Folclore.*

30.19 — Sugerir a organização de um Grupo de Trabalho, constituído de membros da Guanabara, para, junto com a Comissão Nacional de Folclore, elaborar correções e modificações na subclasse 398, tendo em vista a melhoria de extensão proposta.

30.20 — Autorizar a Comissão Nacional de Folclore a utilizar provisoriamente os números de classificação por ela propostos para Folclore com o sinal de asterisco (*) na frente.

30.21 — Encarregar o Grupo Executivo de responder à consulta de Magaly França Villaça, da Biblioteca "Roberto Simonsen" da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, referente à utilização dos números de classificação para Folclore divulgados na *Revista Brasileira de Folclore.*

30.22 — Receber sugestões de Sara Correia sobre algumas modificações na Edição desenvolvida da classe 37 — Educação.

30.23 — Tomar conhecimento do andamento do trabalho coordenado pelo Pe. Astério Campos de tradução da Classe 61 — Medicina, que já conta com algumas subclasses traduzidas.

30.24 — Tomar conhecimento do trabalho de Noemia Lentino de elaboração do índice da Edição desenvolvida da classe 7 — Belas Artes.

30.25 — Tomar conhecimento do andamento do trabalho de revisão, de Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque, com referência à Edição desenvolvida da classe 9 — História, encaminhado pela CP/CDU para comentários e crítica.

30.26 — Tomar conhecimento da proposição da Presidente da IBBD/CDU para membros honorários dos seguintes profissionais: Edson Nery da Fonseca, Emília Machado Bustamante, Manoel Adolpho Wanderley e Maria Antonietta Requião Piedade.

30.27 — Tomar conhecimento do pedido de desligamento encaminhado à Comissão pelo membro Guaraciaba F. de Azeredo Coutinho, agradecendo-lhe a colaboração prestada.

Digitalizado gentilmente por:

30.28 – Não aceitar o pedido de desligamento da Comissão, solicitado pelo membro Nancy Westphalen Correa.

30.29 – Referendar a indicação dos seguintes profissionais para integrarem a Comissão: Laura Kikue Nasuno, Chefe da Biblioteca da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Lourdes Mesquita Siqueira, Chefe da Biblioteca do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, Maria Luiza Alphonsus de Guimaraens Ferreira, Professora de Classificação da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Nazareth Pereira, Chefe da Divisão de Documentação da SUDAM/REBAM, em Belém e Neyde Pedroso Póvoa, Chefe da Seção de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo.

30.30 – Realizar eleição para Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o período 1973/1977.

30.31 – Dar posse aos seguintes membros da 3.ª Diretoria para o período 1973/1977: Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque, Presidente, Pe. Astério Campos, SDB, 1.º Vice-Presidente, Noêmia Lentino, 2.º Vice-Presidente.

30.32 – Realizar eleição para constituir o Grupo Executivo.

30.33 – Dar posse aos seguintes membros do Grupo Executivo para o período 1973/1977: Fidelina dos Santos, Chefe do Serviço de Bibliografia do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Maria Helena Gomes de Paiva, do Instituto Brasileiro de Estatística da Fundação IBGE e Maria Emília Amaral de Mello e Cunha, da Enciclopédia Britânica.

30.34 – Tomar conhecimento da designação feita pelo Presidente do IBBD, de Regina Maria Soares de Oliveira, para Secretária da IBBD/CDU.

30.35 – Tomar conhecimento da apresentação do programa de trabalho da Comissão para o período 1973/1977, apresentado por seu Presidente Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque.

30.36 – Consignar votos de louvor e agradecimento à Diretoria anterior pelo trabalho realizado.

30.37 – Consignar votos de louvor e agradecimento à Secretária da Comissão pelo desenvolvimento das tarefas a si atribuídas como 1.ª e 2.ª Secretária.

30.38 – Editar um boletim da IBBD/CDU para ser distribuído entre seus membros e usuários.

30.39 – Estudar a viabilidade de ser editada, com a colaboração dos membros da Comissão, uma série de monografias de cunho

Digitalizado gentilmente por:

didático sobre o uso da CDU.

30.40 – Receber a visita de Angela Crespo Neves, do MINTER, que prestou à Comissão informações sobre a utilização mecanizada da CDU no projeto SIPLAN.

30.41 – Consignar um voto de louvor à Comissão do MINTER – Ministério do Interior, constituída dos seguintes membros: Angela Crespo Neves, Maria Alice Guimarães Borges e Nelma Cavalcanti pelo trabalho realizado de aplicação mecanizada da CDU no Sistema SIPLAN.

30.42 – Receber a visita do Prof. Osmar Araujo dos Santos do CIDUL/SERPHAU – Centro de Informações para o Desenvolvimento Urbano e Local do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo do Ministério do Interior, responsável pela programação do Projeto SIPLAN.

30.43 – Tomar conhecimento da proposta de Murilo Bastos da Cunha de criar em Brasília, um Grupo especial para estudo dos rios brasileiros, visando a elaboração de projeto de expansão da tabela da CDU, constituído de profissionais do Ministério do Interior e do Ministério das Minas e Energia e que são os seguintes: Angela Crespo Neves, Maria Alice Guimarães Borges e Nelma Cavalcanti, do MINTER, Aruza Cavalcante, Matié Nogi, Murilo Bastos da Cunha, Normanda Santos Miranda e Suelena Pinto Bandeira, do MME.

30.44 – Dar por encerrada a 30.ª Reunião da Comissão.

– Irene de Menezes Doria
  Presidente da IBBD/CDU
– Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque
  1.º Vice-Presidente da IBBD/CDU
– Alice Príncipe Barbosa
  2.º Vice-Presidente da IBBD/CDU
– Abner Lellis Corrêa Vicentini
  Ministério das Minas e Energia, DF
– Pe. Astério Campos, SDB
  Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Fundação Universidade de Brasília
– Fidelina dos Santos
  Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, GB

Digitalizado gentilmente por:

– Hagar Espanha Gomes
Presidente do IBBD
– Juliana Vianna Rosa, Representando Malvina Vianna Rosa Faculdade de Odontologia da UFRGS
– Maria Helena Gomes de Paiva
Instituto Brasileiro de Estatística da Fundação IBGE, GB
– Maria Stela Santos Pita Leite, Representando Margarida Pinto de Oliveira
Escola de Biblioteconomia e Documentação da UFBa
– Maria Thereza Guimarães Ferreira de Albuquerque
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, GB
Ministério das Minas e Energia, DF
– Regina Helena Tavares
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, GB
– Sara Correia
Faculdade de Direito da USP
– Suzana Pinheiro Machado Mueller, Representando Elton Eugênio Volpini
Biblioteca Central da Fundação Universidade de Brasília, DF
– Zenóbia Pereira da Silva de Moraes Bastos
Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo
– Zuleide Medeiros de Souza
Biblioteca Central da UFPe
– Walkiria de Almeida Carvalho Silva
Secretária da IBBD/CDU

.....o o o.....

Digitalizado gentilmente por:

O CENTRO DE CATALOGAÇÃO NA FONTE DA CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

ATIVIDADES E PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO

por
Regina Carneiro e Neyde Pedroso Póvoa
com a colaboração de
Ileana Maria Ficarelli e Maryly Godoy Antonelli

Sumário:

1. Introdução
2. Finalidade da Catalogação na fonte (CNF)
3. Criação de Centros de CNF no Brasil
4. O Centro de Catalogação na fonte da Câmara Brasileira do Livro, São Paulo (CCF/CBL/SP)
5. CNF nacional e internacional
6. O processamento dos títulos
7. Conclusões e recomendações

1. Introdução

O trabalho apresentado pelo CCF/CBL/SP constitui originalmente o primeiro relatório anual elaborado por sua equipe de bibliotecários, destinado aos membros da diretoria da CBL e às editoras que participam do programa.

Os acréscimos a esse relatório (ítens 6 e 7) dizem respeito ao processamento dos títulos, de interesse exclusivo dos bibliotecários.

2. Finalidade da Catalogação na fonte (CNF)

Catalogar os livros antes da publicação, fornecendo às editoras os dados catalográficos que serão impressos nos próprios livros.

3. Criação de centros de CNF no Brasil

Para a realização desse serviço e atendendo à recomendação (4.6) aprovada pelo III Encontro de Editores e Livreiros (Serra Negra, SP, 19 a 22 de agosto de 1970), ratificada pelo IV Encontro

Digitalizado gentilmente por:

(São Lourenço, MG, junho de 1971), foram criados dois centros de CNF, um em São Paulo, pela Câmara Brasileira do Livro, e outro no Rio de Janeiro, pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, os quais iniciaram suas atividades, respectivamente, em 1.º de julho de 1971 e novembro do mesmo ano.

4. O Centro de Catalogação na fonte da Câmara Brasileira do Livro (CCF/CBL/SP)

Tendo completado, em 1.º de julho de 1972, seu primeiro ano de existência, julgamos de nosso dever uma prestação de contas do trabalho realizado.

Iniciado modestamente, graças à generosidade da CBL, que lhe forneceu instalações adequadas e os recursos necessários à sua manutenção e desenvolvimento, muito deve, também, à boa-vontade das editoras participantes, que lhe fornecem a matéria-prima para o trabalho.

4.1 Objetivos do CCF/CBL/SP

Criado com a finalidade de promover a CNF dos livros publicados pelas editoras comerciais do Estado de São Paulo, propusemo-nos, desde o início, como principais objetivos:

a. facilitar a identificação dos livros nos próprios livros ("A CNF proporciona a mais accessível, a mais precisa e a mais informativa identificação possível até hoje");
b. auxiliar as bibliotecas no processo da catalogação, diminuindo o seu custo e acelerando o acesso à informação;
c. promover a circulação mais rápida dos livros, contribuindo para sua divulgação, que interessa não somente a bibliotecários, como a editores, livreiros e usuários em geral.

Visando inicialmente os títulos novos, estendeu depois seus objetivos a reedições e reimpressões de maneira a poder atingir *todos os livros publicados*. Cogita-se, para o futuro, de estender o o seu alcance a materiais especializados.

4.2 Editoras participantes

Iniciando suas atividades com a participação de *4 editoras*, conta o CCF/CBL até esta data com a *colaboração de 27 editores do Estado de São Paulo*, em caráter permanente e, esporadicamente, com algumas de outros Estados.

Digitalizado gentilmente por:

De acordo com respostas dadas ao questionário enviado pelo CCF/CBL às editoras participantes (respondidos 25), *11 têm contribuído com sua produção global, 13 com parte da produção* e *1 só com co-edições.*

O relacionamento com as editoras tem sido facilitado pela localização do centro na própria sede da CBL e pelo espírito de colaboração das editoras. Acreditamos estar atendendo satisfatoriamente, de acordo com o mesmo questionário: *24 respostas favoráveis* (satisfatório) e uma em branco (participante nova, com apenas dois livros catalogados). Dessas editoras, sete qualificaram o serviço de muito bom a ótimo e excelente.

Até 30 de junho de 1972, foram as seguintes as editoras de São Paulo que utilizaram os serviços de Centro de Catalogação na fonte:

Ateneu, Ática, Atlas, Brasiliense, Bushatsky, Cultrix, Edgard Blücher, Ed. Logosófica, Ed. Nacional F.T.D., Grijalbo, Herder, HUCITEC, IBEP, IBRASA, Iracema, Lisa, Martins, Melhoramentos, Nobel, Perspectiva, Pioneira, Polígono, Saraiva, SARVIER, Tabajara.

4.3 Co-editores

A medida adotada em 1971 por duas importantes entidades ligadas ao livro, o *Instituto Nacional do Livro* e a *Editora da Universidade de São Paulo,* exigindo os dados catalográficos nos livros que publicam em co-edições com as editoras comerciais, impulsionou a CNF em seu início e graças a ela, principalmente, pudemos apresentar uma produção considerável.

Em maio de 1972 o *Conselho Estadual de Cultura do Estado de São Paulo* adotou a mesma medida.

4.4 Divisão de Biblioteca e Documentação da Universidade de São Paulo

A colaboração da Divisão de Biblioteca e Documentação da Universidade de São Paulo, prestada desde o início ao CCF/CBL, foi oficializada através do ofício, GR/1514, de 3 de dezembro de 1971, do Magnífico Reitor da Universidade.

4.5 Pessoal

Contou este Centro, desde a sua instalação, com três bibliotecários, que se incumbiram de todos os passos do processamento até a expedição das provas às editoras com as respectivas fichas. Em

Digitalizado gentilmente por:

1972 ampliou-se o quadro para quatro, que trabalham com espírito de equipe, responsabilidade e entusiasmo. Sem essa unidade e sem esse entusiasmo não teríamos podido levar avante a CNF em nosso estado.

4.6 **Estatísticas** *

Foram processados pelo CCF/CBL, neste primeiro ano, *449 títulos,* assim distribuídos:

1 jul. 1971 – 31 dez. 1971	190
1 jan. 1972 – 30 jun. 1972	259

Desses 449 livros, *149* foram publicados em co-edição como:

Instituto Nacional do Livro	71
Editora da Universidade de São Paulo	68
Outras entidades	10

4.7 **Funcionamento junto às editoras**

Processa-se da seguinte maneira: são enviados ao CCF/CBL uma prova do livro em via de publicação, juntamente com um formulário preenchido na editora com informações que não constam da prova. Em casos de reedição ou reimpressão são mandados os próprios livros, com a indicação das modificações que serão introduzidas.

Dentro do prazo estabelecido pelo CCF/CBL para a devolução, *7 dias úteis*, é remetido o material à editora, juntamente com a ficha catalográfica destinada à impressão no livro. De maneira geral a catalogação processa-se em prazo *inferior* ao estipulado e, *em casos excepcionais,* temos atendido as editoras dentro da urgência requerida de dois ou três dias.

Infelizmente o prazo para devolução não pode ser diminuído por dois motivos:

a. muitas das pesquisas e consultas indispensáveis à catalogação têm de ser realizadas em bibliotecas, por não dispor a CBL de todo o material bibliográfico necessário a esse serviço;

---

* Nessas estatísticas são computados: o número de títulos processados, de editoras participantes, de títulos novos, de reedições e reimpressões, de obras publicadas originalmente em português e traduzidas, o tipo de material enviado para catalogação.

Digitalizado gentilmente por:

b. o aumento do número de títulos processados e de editoras participantes.

Contudo, *duas medidas da parte das editoras* contribuiriam para facilitar a catalogação, acelerando o seu processo:

a. fornecimento de informações completas e precisas, de preferência através da última prova do livro, pois muitos dados têm de ser obtidos por telefone, com todos os inconvenientes conhecidos;
b. comunicação prévia dos títulos novos e nomes dos autores, antes da remessa do material para catalogação, em casos de urgência excepcional.

Com o mesmo objetivo e baseando-se na experiência adquirida neste primeiro ano de funcionamento, preparou o centro um novo modelo de *formulário a ser preenchido nas editoras,* no qual devem ser fornecidos todos os dados que não constem do material remetido para catalogação. *Outro formulário a ser preenchido pelos autores*, no caso de autores nacionais (ou coordenadores, compiladores, etc.) poderá prestar grande auxílio à catalogação tornando-a mais rápida e eficiente e possibilitar, futuramente, a inclusão, em certos livros, de resumos redigidos pelos próprios autores.

4.8 Atividades complementares do CCF/CBL

Essas atividades visam não só a divulgar a CNF, seus benefícios e processo, como também os nomes das editoras participantes e os próprios livros catalogados.

4.8.1. Contato com grupos especializados de bibliotecários

Temos mantido contacto com grupos de bibliotecários da Associação Paulista de Bibliotecários, que congregam bibliotecas especializadas e, como resultado, estamos fornecendo a esses grupos (Grupo de Bibliotecários Biomédicos, Grupo de Trabalho em Tecnologia, Grupo de Trabalho em Bibliotecas de Ciências Sociais e Humanas e Grupo de Trabalho de Bibliotecas em Educação Infanto-Juvenil), as fichas dos livros catalogados mensalmente, que possam interessar aos bibliotecários das respectivas áreas, contribuindo assim o CCF/CBL para a *divulgação dos livros e facilitando a aquisição dos novos lançamentos das editoras.*

Digitalizado gentilmente por:

4.8.2 Contato com bibliotecários do exterior

O CCF/CBL tem mantido contacto com bibliotecários do exterior, empenhados ou interessados na CNF, principalmente com o Projeto CIP (Catalogação na Publicação, como é chamada atualmente a CNF nos Estados Unidos), iniciado em julho de 1971 na Biblioteca do Congresso, em Washington, que muito nos tem auxiliado com sua experiência e autoridade, mantendo-nos a par do progresso do CIP através da remessa de farto material.

Por outro lado, bibliotecários do exterior têm demonstrado interesse pela CNF no Brasil, solicitando-nos informações e, atendendo ao convite de Mrs. Dorothy Anderson, Secretária do International Committe on Cataloguing, da I.F.L.A., relatamos resumidamente a experiência brasileira (Ver Bibliografia)

4.8.3 Palestras sobre CNF

Foram realizadas 5 palestras sob a responsabilidade do CCF

Datas	Grupos da APB e Escolas
21-10-1971	Grupo de Bibliotecários Biomédicos
26-10-1971	Grupo de Trabalho em Tecnologia
28- 2-1972	Grupo de Trabalho em Bibliotecas de Ciências Sociais e Humanas
26- 5-1972	Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos.
8- 6-1972	Escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

4.8.4 Exposição

Durante a II Bienal Internacional do Livro, realizada em São Paulo de 17 a 25 de junho de 1972, apresentou o CCF, sob os auspícios da CBL, uma exposição sobre CNF e atividades do centro, com texto, gráficos e painéis demonstrativos.

4.8.5 Trabalhos publicados (Ver Bibliografia)

4.8.6 Divulgação de listas para bibliotecas

Talvez a mais importante e certamente a mais audaciosa dessas atividades complementares seja a divulgação periódica de listas de interesse para as bibliotecas, fornecendo-lhes as indicações necessárias à constituição de catálogos auxiliares e complementação

Digitalizado gentilmente por:

resultados.

Estamos certos de que sua contribuição ao desenvolvimento das bibliotecas brasileiras poderá ser muito grande e esse ideal nos anima a continuar, enfrentando todas as dificuldades do momento. Para atender às necessidades dessas bibliotecas, carentes de recursos e de bibliotecários, procuramos apresentar uma catalogação simplificada quanto à descrição, mas detalhada quanto à catalogação de assuntos.

5.3 Em relação ao 3.º ítem, reafirmamos nossa convicção de que a utilização dos dados será facilitada *com o estabelecimento de padrões uniformes de catalogação*. Essa certeza nos levou a participar de várias reuniões no Rio de Janeiro com bibliotecários do SNEL, do IBBD, do INL e da Biblioteca Nacional. Com o mesmo objetivo realizou-se em São Paulo, no dia 7 de abril deste ano, um encontro entre bibliotecários dos centros de CNF do SNEL e da CBL, em que foram estabelecidas importantes decisões visando a solucionar problemas decorrentes dessa catalogação, bem como o intercâmbio constante de fichas e matrizes e de listas para formação dos catálogos auxiliares. É imprescindível que outras reuniões se realizem, pois este nos parece o momento oportuno para se conseguir a normalização da catalogação no Brasil.

Mas é preciso não esquecer que a CNF se realiza em âmbito internacional. Além da U.R.S.S. e dos Estados Unidos, onde já é um fato, outros países estudam sua implantação.

Sem perder de vista a realidade brasileira, visamos também os benefícios que poderemos auferir da participação do Brasil em projetos internacionais de catalogação, utilizando os dados catalográficos fornecidos por outros países, oferecendo-lhes os nossos.

Com este objetivo em mira, adotamos princípios e códigos internacionais de catalogação como instrumentos básicos de nosso trabalho. O Brasil não pode ficar marginalizado nesse campo que, cada vez mais, exige cooperação internacional. Assim chegaremos a atingir, talvez, aquele ideal de que "um livro seja catalogado apenas uma vez em cada país".

6. O processamento dos títulos

6.1 Instrumentos de trabalho:

Digitalizado gentilmente por:

de seus catálogos públicos, através da reprodução das fichas de identidade dos autores e das rubricas de assunto concernentes aos livros catalogados. (Já estão sendo distribuídas aos interessados as primeiras listas, referentes ao material catalogado *até 31 de julho de 1972)*

Por iniciativa do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), foi publicado, em agosto deste ano, um catálogo dos títulos processados pelos bibliotecários dessa entidade e pelo CCF/CBL, *até 31 de maio de 1972.*

5. **CNF nacional e internacional**

A eficácia da CNF só pode ser avaliada a longo prazo, mas para seu êxito completo 3 pontos devem ser de antemão ressaltados:

5.1. Todos os livros publicados devem apresentar dados catalográficos impressos.
5.2. Todas as editoras devem participar do sistema.
5.3. A catalogação deve ser uniforme: sendo a linguagem da descrição bibliográfica, será tanto mais eficiente quanto mais for padronizada.

5.1 Em relação ao 1.º ítem, é preciso que *as editoras participantes contribuam com toda sua produção.* Esperamos que a realização satisfatória do serviço e a convicção de que estão prestando um grande auxílio às bibliotecas e a elas próprias, graças à mais rápida divulgação dos livros, induza-as a enviar todos os seus livros para serem catalogados na fonte.

5.2 Em relação ao 2.º ítem, temos a observar que *a produção de livros com dados catalográficos é ainda irrisória em relação ao número de editoras do Brasil.* Com a participação de todas as editoras da Guanabara e do Estado de São Paulo, onde funcionam os dois centros de catalogação criados até agora, estaríamos atendendo aos dois maiores parques editoriais do país e garantindo a catalogação na fonte para a quase totalidade dos livros publicados no Brasil.

Contando a CNF no Brasil pouco mais de um ano de existência e com a participação de poucas editoras, algumas delas com contribuição parcial, é cedo para se fazer uma avaliação de seus

Digitalizado gentilmente por:

6.1.1 **Catalogação descritiva**

ANGLO-AMERICAN cataloging rules. North American text. Chicago, A.L.A., 1967.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO.
Paris, 1961. Exposição de motivos. São Paulo, 1961.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Brasília, Ed. dos Tradutores, 1969.

Inclusive o Apêndice VIII, Nomes brasileiros e portugueses.

6.1.2 **Catalogação de assunto**

ESTADOS UNIDOS. Library of Congress. Subject headings used in the dictionary catalogs of the Library of Congress.
7th ed. Washington, 1966 + suplementos

Devido à inexistência de uma lista satisfatória em português, utilizamos, para referência, outras listas como a de Carmen Rovira, em espanhol, e listas de cabeçalhos de assuntos de bibliotecas especializadas, ainda que sejam publicações experimentais e parciais.

6.1.3 **Classificação**

DEWEY, Melvil. Decimal classification & relative index.
17th ed. New York, Forest Press, 1967, 2v.

A 18.ª edição publicada este ano, e apresentada em 3 volumes, é usada no CNF para referência, comparação e utilização de números novos que não constem das edições anteriores.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO. Classificação decimal universal; edição abreviada portuguesa. Lisboa, Centro de Documentação Científica, 1961.

_____Classification décimale universelle: sciences sociales, 3. 5e. éd. Bruxelles, Mundanuem, 1952. (Publication n. 252).

FIGUEIREDO, Adelfa S.R. Extensões das classes 869-869. 9.981 da Classificação decimal de Dewey. (São Paulo, Prefeitura do Município) 1955.

Digitalizado gentilmente por:

TABELA de subdivisão para geografia e história do Brasil.

Obedeceu à nova divisão regional do Brasil, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

TABELA de subdivisão para períodos históricos do Brasil, organizada pelo SIC.

6.1.4 Tabela para nomes dos autores
PRADO, Heloisa de Almeida. Tabela PHA. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 1964.

6.2 Informações fornecidas através da CNF

São as seguintes as informações bibliográficas fornecidas pela CNF produzida no CCF/CBL:

6.2.1 Entrada principal (autor ou título)

6.2.2 Título, subtítulo, etc.

6.2.3 Dado referente ao autor (quando necessário), editor, tradutor, etc.

6.2.4 Edição

6.2.5 Imprenta

6.2.6 Colação; apenas a abreviatura p., sem indicação do n.º de páginas, que por vezes varia quando da publicação da obra. A ilustração é indicada pela abreviatura ilustr., sem mencionar a espécie, cor, n.º, etc. O formato não é indicado.

6.2.7 Série

6.2.8 Notas: quando importantes para a identificação da obra e a complementação da descrição. A nota de conteúdo quase que somente para obras em mais de um volume.

6.2.9 Número do autor (na margem esquerda, segunda linha)

Digitalizado gentilmente por:

6.2.10 Pista e outras informações

a. cabeçalho ou cabeçalhos de assunto (números em algarismos arábicos e em ordem alfabética); normalmente até 3 cabeçalhos, mas é impossível estabelecer-se um limite rígido; está em estudos, também, a possibilidade de inclusão de palavras-chaves para livros técnicos e científicos.
b. entradas secundárias de autor (em ordem alfabética); título (ou títulos); série, precedidos de algarismos romanos.
c. número de classificação (ou números), precedidos da sigla CDD; se houver mais de uma, será mencionada em 1.º lugar a principal e, nas linhas seguintes, em ordem decimal crescente, as outras. Estabelecemos o limite de 3; sòmente em casos excepcionais serão assinalados mais. Quando são indicados os números de classificação da 17. e da 18. ed. da CDD, esta sigla é precedida dos números das edições correspondentes. Para os livros de direito, os números de classificação são precedidos da sigla CDU. Para os livros publicados em co-edição com o Instituto Nacional do Livro é assinalado, também, o n.º de classificação da CDU. correspondente à classificação principal da CDD.
d. número de identificação da ficha — cada ficha terá um número de identificação, registrado no canto inferior esquerdo.
e. número do SNL (Sistema de Numeração de Livros) deverá ser registrado na linha seguinte, a partir do momento em que seja instituido esse sistema no Brasil.
f. Índice ou índices para catálogo sistemático em separado, abaixo das outras informações serão indicados os índices necessários para os números da Classificação Decimal de Dewey ou da CDU para direito, em ordem alfabética, numerados com algarismos arábicos e precedidos da informação "Índices para catálogo sistemático".

6.2.11 Transcrição das informações nos livros

Recomendamos, inicialmente, que essas informações fossem apresentadas no verso da página de rosto, sob a forma de ficha de catálogo, em tamanho normal ou fac-símile fotografado em tamanho reduzido. A experiência no trato com as editoras levou-nos, contudo a aceitar o local de conveniência das editoras para transcrição dos dados e sua apresentação sob a forma que preferirem, contanto que seja mantida a mesma ordem das informações observadas nas fichas. Lembramo-nos sempre de que a publicação de livros "é negócio, não é filantropia" e de que os benefícios da CNF atingem muito mais as bibliotecas do que as próprias editoras.

Digitalizado gentilmente por:

O Instituto Nacional do Livro estabeleceu, recentemente, algumas determinações para a transcrição das informações catalográficas exigidas para os livros publicados em co-edição com essa entidade. Infelizmente não dispomos dos mesmos meios para constranger as editoras. Aceitamos a preciosa colaboração que estão dando à CNF, respeitando os seus interesses.

6.2.12 Exemplo de ficha elaborada no CCF/CBL

6.3 **Catálogo e fichários de controle**
São os seguintes os catálogos e fichários elaborados e mantidos para assegurar a continuidade e padronização dos serviços:

6.3.1 Catálogo numérico, arrumado pelo número de identificação das fichas, reprodução exata da matriz que será impressa nos livros, com os índices para catálogo sitemático no verso.

6.3.2 Catálogo de nomes; alfabetado pelos nomes que figuram na entrada principal, autor e título. Reprodução da matriz.

6.3.3 Catálogo de assuntos, ordenado de acordo com o n.º de classificação principal do livro, transcrito acima do número do autor e completando o n.º de chamada e contendo apenas autor, título e n.º de identidade da ficha.

6.3.4 Fichário de identidade, com as remissivas de nomes intercaladas na ordem alfabética.

6.3.5 Fichário de editores, em que são registradas as formas usadas nas fichas e remissivas de outras formas de nomes.

6.3.6 Fichário de rubricas de assunto (catálogo dicionário)

6.3.7 Fichário de rubricas numéricas (catálogo sistemático)

6.3.8 Fichário de índice afabético (catálogo sistemático)

6.3.9 Indexação de assuntos (cabeçalhos de assunto)

Digitalizado gentilmente por:

6.3.10 Indexação de assuntos (rubricas numéricas).

6.3.11 Indexação por editores.

6.3.12 Indexação por séries das editoras.

6.3.13 Fichário de decisões.

6.3.14 Catálogo de fichas do CCF/CBL para o centro do SNEL.

6.3.15 Catálogo de fichas do SNEL para o CCF/CBL.

6.4 Algumas decisões adotadas no Centro

No decorrer deste 1.º ano de atividade, algumas decisões foram adotadas por conveniência de serviço, decorrentes da experiência adquirida e devidas, principalmente, a informações incompletas fornecidas pelas editoras que redundavam em discrepâncias entre dados apresentados na ficha catalográfica impressa nos livros e os fatos bibliográficos do próprio livro. São as seguintes:

6.4.1 A partir de certo momento doi adotada a resolução de se suprimir o uso de colchetes na imprenta, mesmo que os dados de publicação não constem da página de rosto do livro.

6.4.2 Supressão da indicação do n.º de páginas do livro, limitando-se a catalogação a indicar, no local apropriado da colação, a abreviatura "p". Contudo, o n.º de volumes é indicado sempre que possível.

6.4.3. O material ilustrativo contido nos livros é indicado, apenas, pela abreviatura "ilust." na colação, sem menção do tipo, n.º, cor, etc. volumes é indicado sempre que possível.

6.4.4 Referências bibliográficas, livros recomendados, etc, são indicados, em nota suplementar, somente pela palavra: Bibliografia.

6.4.5 Indicação, na pista,do gênero literário da obra, quando se tratar de literatura.

6.4.6 Adoção da C.D.U. para livros de direito.

6.4.7 Ao símbolo "J" usado para literatura infanto-juvenil acrescentar o n.º de classificação 028.5 da CDD.

Digitalizado gentilmente por:

6.4.8 Para biografias são adotados, sempre, o símbolo "B" e o n.º de classificação correspondente, de acordo com a tabela da CDD, indicando-se na pista, o nome do autor, quando se tratar de autobiografias, memórias, etc.

6.4.9 Indicação dos números de classificação da 18, ed. da CDD, além dos da 17. ed., quando houver diferença entre as duas edições e quando se tratar de números novos, não previstos na edição anterior.

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 Conclusões

A CNF centralizada é ainda muito recente no Brasil para que possamos fazer uma avaliação de seus resultados junto às bibliotecas. Informações verbais não dão conta de que está prestando auxílio aos bibliotecários no processo de catalogação de suas bibliotecas.

Em relação às editoras, o resultado parece satisfatório quanto ao funcionamento do serviço; a adesão de novas publicadoras ao programa leva a crer que o sistema se ampliará cada vez mais no futuro. Contudo, como estamos ainda na fase de catequese, julgamos prudente não exigir das editoras maior colaboração, no sentido de ampliação imediata dos objetivos da CNF.

Atualmente, o CCF/CBL/SP está em condições de prestar a seguinte colaboração às bibliotecas:

1. fornecimento mensal de fichas matrizes dos títulos processados, facilitando a aquisição e a catalogação local, mediante o pagamento de pequena taxa;
2. divulgação periódica às bibliotecas interessadas de listas de rubricas de assuntos e de cabeçalhos uniformes de nomes, indicando entradas adicionais nos catálogos e facilitando a organização de seus fichários de controle.

Futuramente, haverá possibilidade de fornecimento às bibliotecas das fichas necessárias para cada livro, diretamente ou por intermédio de outra entidade.

Digitalizado gentilmente por:

7.2 Recomendações

Considerando-se os processos técnicos da Catalogação e Classificação como infra-estrutura necessária à organização de qualquer biblioteca pública e escolar, o CCF/CBL/SP poderá colaborar ativamente nos projetos de implantação de bibliotecas municipais e escolares e no aperfeiçoamento da rede estadual dessas bibliotecas, objetivos dêste Encontro.

Nesse sentido apresentamos as seguintes recomendações:

1. Que os assuntos relativos a bibliotecas municipais sejam centralizados num único órgão do Governo do Estado de São Paulo, de preferência a Fundação para o Livro Escolar.
2. Que o Governo do Estado de São Paulo e as Prefeituras Municipais dêem prioridade, na aquisição de livros para suas bibliotecas, escolares e públicas, aos que tenham sido catalogados na fonte, nos centros da Câmara Brasileira do Livro, SP, e Sindicato Nacional dos Editores de Livros, GB.
3. Que sejam estabelecidos convênios entre o Governo do Estado de São Paulo e as Prefeituras Municipais com a Câmara Brasileira do Livro, para a prestação de serviços relacionados com catalogação.

BIBLIOGRAFIA GERAL DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

AAP will hold CIP workshop this month. *Publ. Weekly*, nov. 1:21, 1971.

AN ADVISORY committee . . . has been establish ed. *L. C. Inf. Bull.,30*, (40): 565, 1971.

BERNHARDT, Homer Ivan — A treatise in cataloging in source. Pittsburgh, Graduate Library School, Univ. of Pittsburgh, 1963. 64p.

BUIST, E — Bibliographic sputnik? steps towards cataloging in source in the USSR *Wilson Lib. Bull., 44*(10): 1033-9, 1970.

_____ Soviet centralized cataloging: a view from abroad. *Lib. Trends, 16* (1): 127-42, 1967.

CATALOGING in publication. *L. C. Inf. Bull., 31* (8): A33-34, 1972.

CATALOGING in publication (CIP) *Jola Technical Communications, 2* (7): 1, 1971.

CATALOGING in publication (memo to members) *American Libraries, 2* (1): 65, 1971.

CATALOGING in publication gains new backing. *Lib. Journ., 95* (19): 3718, 1970.

Digitalizado gentilmente por:

CATALOGING in publication in "Semiannual report on development at the L.C., Jan 1972". *L.C. Inf. Bull., 31* (2): A7, 1972.

CATALOGING in publication plans two vear experiment. *Lib. Journ., 96* (18): 3261, 1971.

CATALOGING in publication program (CIP): a report on current practice. *American Libraries, 3* abr.: 336-337, 1972.

CATALOGING in publication program was launch ed on July, 13, 1971. *L.C. Inf. Bull., 30,* jl.22: 426-7, 1971.

CATALOGING in publication: progress report. CIP (Processing Dept. L.C.) (1), 1972.

CATALOGING in publication: progress report. CIP (Processing Dept. L.C.) (2), 1972.

CATALOGING in publication project (CIP) has a goal of cataloging 30.000 to 36.000 titles annually. *L.C. Inf. Bull., 30.* set. 23: 531-4, 1971.

CATALOGING in source: LC includes "neither a full nor a partial program desirable Bowker programs provide best, most economical, alternatives. *Lib. Journ., 85* (8): 1535-7, 1960.

The CATALOGING in-source experiment: a report to the Librarian of Congress by the Director of the Processing Dept. Washington, D.C., 1960.

CATALOGING in source raises new interest. *Lib. Journ., 95* (14) 2598+, 1970.

CIP international. *L. C. Inf. Bull., 31* (3): 22, 1972.

CIP processes 1.000th. titles. *L.C. Inf. Bull., 30* (52): 741, 1971.

CIP workshop held in N. York. *L. C. Inf. Bull., 30,* dez. 2:677-8, 1971.

CLAPP, V W — CIP in mid-1970. *Lib. Res. & Techn. Serv., 15,* (1) : 12-23, 1971.

_____Greatest invention since the title page? autobiography from incipit to cataloging in publication. *Wilson Lib. Bull., 46,* (4): 348-59, 1971.

CRONIN, J W — Esther Piercy and the cataloging in source experiment. *Lib. Res. & Tech. Serv., 11,* (3): 263-4, 1967.

CURLEY, W W — Cataloging in publication. *Bowker Annual of Library and Book Trade Information:* 307-8, 1971.

DIVISION of labor seen cataloging key/summary of Elspeth Pope's paper delivered at the ALA Conference is Detroit/ *Lib. Journ., 95* (17): 3224, 1970.

DIX, Willian S — Conclusions of cataloging in-source report disputed. *Lib. Journ., 85* (11): 2064, 1960.

FIRST CIP books announced by L.C. *Lib. Journ., 96* (2): 3710, 1971.

FIRST publisher for the program, Syracuse Univ. Press. *L.C. Inf. Bull., 30.* ago. 26:485-6, 1971.

Digitalizado gentilmente por:

GLEN Zimmerman . . . presented a progress report on . . . *L.C. Inf. Bull., 30* (48): 672, 1971.

HODUSKI, B E — CIP: a basic social responsability. *Choice, 7,* out.: 1345-6, 1970.

JACKSON, W C — Cataloging in source: status report/letter/ *Lib. Journ., 95* (4): 608, 1970.

KOCH, W — Letter; comment to article of Wheeler, J L — Top priority for cataloging in source. Lib. Journ., 94 (20) : 4074, 1969.

KUDRYK, Oleg — The cataloging in publication program. *Library News Letter* (Indian Univ.) 7 (3): 426-7, 1971.

L. C. Cataloging in publication advisory group named. *Information: news, sources, profiles, 4* (1): 14. 1972.

LIBRARY of Congress cataloging in publication program. *Cataloging Service Bulletin.* (101): 5, 1971.

The LIBRARY of Congress . . . co-sponsoring a wokshop . . . *L. C. Inf. Bull., 30* nov.4: 617, 1971.

L. C. has received a U$ 400:000 matching grant from the National Endowment for the Humanities and the Council of Library Resources for the cataloging in publication program. *L.C. Inf. Bull., 30,* jun. 24:372-4, 1971.

L. C. iniciates "cataloging in publication" program to accelerate book processing and reduce costs for all libraries, announces changes in cataloging priorities. *Information: news, sources, profiles, 3* (4-5): 193-4, 1971.

MARC-CIP; the cataloging in publication project (CIP) . . . received the Ist. four sets of folded and gathered sheets . . . *L. C. Inf. Bull., 30* (42): 588, 1971.

MARCHANT, A. M. Siethoff — Catalogiseren bij de bron (Cataloging at the source) *Open. 1,* jun.: 382-3, 1969.

MIDDELVED, H — Catalogiseren bij de bron, mear welke methode (Cataloging at the source, but by which method?) *Open, 1,* set.: 530-1,, 1969.

OVER, 90 publishers sign for CIP program. *AAP Newsletter,* ago. 31:3-4, 1971.

PARTICIPANTS in cataloging in publication (CIP). *Cataloging Service,* (104) : 10-11, 1972.

PLAN presented for cataloging in publication. *Publ. Weekly,* 198, 5 out.: 35, 1970.

PLOTNIK, A — Cataloging in publication awaiting funds. *Wilson Lib. Bull., 45* (6): 526, 1971.

PROGRESS reported in CIP project. *AAP Newsletter.* nov: 5-6, 1971.

Digitalizado gentilmente por:

PUBLISHERS to discuss cataloging within books. *Pull. Weekly, 198* 14 set.: 45, 1970.

SPALDING, C Sumner — Cataloging in source: the experiment from the view-point of the Lib. of Congress. *Lib. Res. & Tech. Serv.* 3(4): 239-47, 1959.

TUTLE, Helen W — CIP, its use in libraries *NELA Newsletter* (New England Technical Services Librarians), 3(1): 5-11, 1971.

TWO sessions of the Resources &Technical Services Divison devoted to various aspects of cataloging in publication (CIP) *L.C. Inf. Bull., 29*, ago 20: 107-10, 1970.

WAGNER, S — Library of Congress launches cataloging in publication program. *Publ. Weekly, 200, ago 2:41-2, 1971.*

WELSH, W J — Cataloging in publication in "The processing Dept. of the L. C. in 1970" Lib. Res. *& Tech. Serv., 15* (2): 198-200, 1971.

_____Report on LC plans for cataloging in publication. *Lib. Res. & Techn. Serv., 15* (1):23-7, 1971.

WHEELER, J L — Top priority for cataloging in source. *Lib. Journ., 94* (16): 3007-13, 1969.

_____Why we must have cataloging in publication. *Lib. Res. & Tech. Serv., 15* (1):6 - 12, 1971.

ZIMMERMAN, G A — Cataloging in publication progress report: fall 1971. *Wilson Lib. Bull., 46* (4): 359, 1971.

BRASIL

A serviço do livro. *Ultima Hora,* SP, 4 jul. 1972.

ANTES de comprar um livro conheça o seu conteúdo. *Diário da Manhã,* 14 jul. 1972.

BIENAL Internacional do Livro, 2.ª São Paulo, 17-25, jun. 1972. — Catalogação na fonte: texto apresentado à exposição.

CARNEIRO, Regina — Catalogação na fonte. *Boletim bibliográfico. Biblioteca Municipal Mario de Andrade,* 28: 77-93, out./dez. 1971.

_____Catalogação na fonte. In: ENCONTRO DE EDITORES E LIVREIROS, 3.º Serra Negra, 1970. Relatório da Comissão Coordenadora. p.46-53.

_____ Cataloging in source: a Brasilian short experience. International Cataloging, 1(2): 5-6, 1972.

Livros. *Diário de São Paulo,* 9 jul. 1972.

MARANHÃO, Eugênia Câmara — Catalogação na fonte: uma realidade. *Boletim da ABDF,* Brasilia, fev.: 24, 1972.

Primeiro aniversário do Centro de Catalogação na Fonte. *Circular APB* (7) 1972.

. . . . . o o o . . . . .

Digitalizado gentilmente por:

PRIMEIRO ENCONTRO DOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE BIBLIOTECAS NO BRASIL

Brasília, 18 a 22 de março/73

DOCUMENTO N.º 1

Devem ser fechadas as Bibliotecas sem Bibliotecários?

Não devem ser fechadas bibliotecas sob qualquer hipótese, porque elas são instituições sociais que fazem parte integrante do processo sócio-cultural das comunidades.

Como soluções para a atual situação de carência de pessoal especializado, sugere-se:

1) Levantamento da distribuição do pessoal, a fim de aproveitar aqueles bibliotecários que estejam em disponibilidade, de modo a dar pleno cumprimento à Lei 4084/62.

2) Nos casos em que não houver disponibilidade de bibliotecários, serão realizados cursos de treinamento para pessoal auxiliar.

3) Na atual fase de transição, o pessoal não bibliotecário, que estiver como responsável por bibliotecas, deverá estar submetido à supervisão de uma coordenação formada por bibliotecário.

4) O problema das bibliotecas públicas somente será resolvido, em caráter definitivo, através da implantação de sistemas de redes de bibliotecas, em nível nacional, estadual e regional, dentro de uma política de planejamento bibliotecário.

DOCUMENTO N.º 2

Há bom relacionamento entre o INL e as Associações, Conselhos e Escolas de Biblioteconomia?

Verifica-se que, até bem pouco tempo, o relacionamento do INL com a classe e as entidades bibliotecárias era deficiente.

Recentemente, vem sendo procurada uma melhoria desse relacionamento, do que é prova o atual Encontro.

Muitas das críticas que se fazem ao INL se devem ao não aproveitamento da colaboração potencial que os bibliotecários e suas entidades poderiam oferecer.

Digitalizado gentilmente por:

Dentro da política global de planejamento de sistemas de redes de bibliotecas públicas, sugerida pelo Documento n.º 1, o INL deverá reformular suas atividades, dando ênfase a:

1) fortalecimento e ampliação das representações estaduais do INL, dando-lhes maior autonomia e novas atribuições, e designando bibliotecários para a chefia dessas representações, que deverão se entrosar com os órgãos similares estaduais, municipais e particulares e as entidades de classe dos bibliotecários;

2) O INL deve prestar uma assessoria constante e eficiente a todos os bibliotecários e auxiliares de biblioteca, principalmente os do interior do País, sob a forma de um sistema de disseminação de informações técnicas e de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal bibliotecário, em diferentes níveis, realizados através dos cursos superiores de Biblioteconomia, com a colaboração das associações de bibliotecários, Conselhos de Biblioteconomia e secretarias de Educação.

3) O INL deve estender o programa de estágios remunerados para alunos de todos os cursos superiores de Biblioteconomia, dando prioridade aos das regiões menos desenvolvidas do País.

DOCUMENTO N.º 3

É o bibliotecário antes de mais nada, um agente social ou apenas um técnico?
Porque? Sugestões.

O bibliotecário é um agente social por excelência que para atingir os seus objetivos deve se valer de sua formação técnica como meio.

Na realidade brasileira, contudo, não está agindo como tal por deficiência decorrente de condições concretas, desfavoráveis, devido a:

1) falta de planejamento bibliotecário;
2) carência de auxiliares de bibliotecas;
3) orientação excessivamente tecnicista do ensino da biblioteconomia.

A correção dessas falhas levará o bibliotecário a exercer efetivamente o seu papel de agente social.

Digitalizado gentilmente por:

DOCUMENTO N.º 4

Como impedir que o auxiliar de bibliotecas seja usado como bibliotecário, quando os órgãos públicos e particulares preferem aproveitá-los, por questões de menos salário?

Consenso do grupo

1) Como requisito fundamental, os Conselhos Regionais deverão cuidar da mais efetiva fiscalização do exercício da profissão de bibliotecário. Ao lado disso, o Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso de suas atribuições legais, deverá regulamentar o exercício das atividades específicas dos auxiliares de biblioteca.

2) Regulamentada a profissão de auxiliar de biblioteca, os Conselhos Regionais exigirão o seu registro profissional, que lhes assegurará o direito ao exercício legal dessa profissão de nível médio.

3) A formação e o treinamento dos auxiliares de biblioteca deverão ser sistematizados, de forma consentânea com as suas atribuições.

4) O Conselho Federal de Biblioteconomia deverá estabelecer padrões de serviço de bibliotecas, a fim de determinar as áreas e os níveis das bibliotecas em que o auxiliar poderá exercer sua profissão, sob a supervisão de bibliotecário.

DOCUMENTO N.º 5

Como motivar os órgãos oficiais e particulares a criar e preencher cargos de bibliotecário e auxiliar de biblioteca para cobrir as necessidades atuais?

A motivação deverá ser feita no sentido de mostrar o significado da criação de bibliotecas de diferentes tipos e de sua função social. Essa motivação será despertada através de campanhas de divulgação, pelos meios de comunicação de massa, acerca da importância da biblioteca e do papel do bibliotecário. Essas campanhas, em nível nacional, seriam coordenadas pelo INL, com a colaboração das instituições oficiais e particulares competentes.

As associações de bibliotecários procurarão, por todos os meios ao seu alcance, promover campanhas de divulgação das bibliotecas, em âmbito local.

O INL deverá fazer exigência da presença de bibliotecário ou auxiliar que forem objeto de convênio para doação de livros.

Digitalizado gentilmente por:

DOCUMENTO N.º 6

Qual deverá ser a formação do Auxiliar de Biblioteca?

A habilitação profissional de 2.º grau do auxiliar de biblioteca, feita segundo a legislação em vigor, deverá conter quatro disciplinas obrigatórias, na área de formação especial, escolhidas em função das atividades a serem exercidas por esse auxiliar. Tais disciplinas, com o conteúdo essencial (ementa), são as seguintes:

1) *Iniciação bibliotecária*

Introdução geral ao uso da biblioteca. Panorama integrado das técnicas bibliotecárias. A função social da biblioteca e do bibliotecário. O papel do auxiliar de biblioteca.

2) *Serviços técnicos auxiliares*

Estudo das técnicas de alfabetização, formato e desdobramento de compras, preparação de obras para circulação, ordenação de livros nas estantes, operação de máquinas reprográficas, conservação do acervo, incluindo noções de encadernação. Noções de organização de arquivos empresariais e administrativos.

3) *Serviços auxiliares de consulta*

Estudo da utilização de obras básicas de referências, principalmente as que se destinam ao público característico de bibliotecas públicas e escolares. Realização de estatísticas diárias, de caráter simples. Técnicas de empréstimo.

4) *Datilografia*

A primeira disciplina poderia ser comum a cursos de outras habilitações, visando a familiarizar os alunos da escola com o uso da biblioteca.

O conteúdo das disciplinas seria dosado segundo as peculiaridades de cada região.

Os professores dessas disciplinas, com exceção de Datilografia, serão bibliotecários.

Estimular a abertura de cursos de licenciatura, para formação de professores de Biblioteconomia, para o ensino de 2.º grau.

Digitalizado gentilmente por:

DOCUMENTO N.º 7

Que atividades concretas devem ser tomadas pelas entidades oficiais para incentivar a interiorização do bibliotecário recém formado?

Consenso do grupo

O Instituto Nacional do Livro, como órgão coordenador, deverá elaborar uma política de interiorização do bibliotecário, entrosando-se para isso com outras entidades, públicas ou privadas.

No âmbito dessa política, deverá ser estudada a realização de convênios, e, caso seja possível, a criação de incentivos fiscais, que venham a facilitar a concessão de bolsas de estudos e outras modalidades de estímulo a pessoas que desejem seguir cursos de Biblioteconomia, em escolas de sua região. Essas pessoas assumiriam o compromisso formal, juridicamente válido, de exercerem a profissão no seu local de origem, por prazo determinado. Em caso de não cumprimento desse compromisso, o profissional deveria repor a quantia invertida em sua formação, com correção monetária. Ao profissional que aceitasse o compromisso, a instituição respectiva deveria proporcionar-lhe vantagens e condições para o bom desempenho de suas funções, na região, sem os quais o compromisso não poderá subsistir.

DOCUMENTO N.º 8

Há necessidade de cursos, em nível de pós-graduação, em planejamento de sistemas de biblioteca?

Há necessidade, considerando que:

1) A atual conjuntura brasileira exige dos bibliotecários conhecimentos globais da técnica de planejamento, que os cursos de graduação não transmitem.

.....ooo.....

Digitalizado gentilmente por:

MEC/PROTIAB/INL
PROJETO DE CURSOS DE TREINAMENTO INTENSIVO PARA AUXILIARES DE BIBLIOTECA

1. *Definição do Problema e Justificativa*

1.1 Para a eficiência e desenvolvimento dos serviços bibliográficos no País, além do fornecimento de material bibliográfico e audiovisual, é essencial um suporte administrativo que assegure a manutenção dos serviços, do material adquirido e, principalmente, de pessoal qualificado para operar este material em função dos usuários.

1.2 A carência de pessoal habilitado se reflete particularmente:

a) na adoção de métodos empíricos no tratamento dos materiais bibliográficos, com evidente perda das informações neles contidas:

b) na admissão de pessoal não qualificado para desempenho das funções de Bibliotecário ([1]);

c) na ausência de um plano de formação de pessoal qualificado, pelas próprias bibliotecas, para assegurar o desempenho dos serviços no nível mínimo exigido.

1.3 Assim, um dos problemas mais sérios das bibliotecas brasileiras consiste em, na maioria dos Municípios, não haver pessoal qualificado para administrar a Biblioteca Pública. As bibliotecas, ainda que recebendo doações regulares e mesmo algumas com valiosos acervos, operam infelizmente com deficiências, fazendo com que os leitores se sintam pouco motivados a frequentá-las.

1.4 Os municípios não tem condições de contratar bibliotecários, pois estes se fixam nas Capitais, onde são melhor remunerados.

1.5 Os cursos de Treinamento Intensivo possibilitarão aos encarregados das Bibliotecas Públicas Municipais despertar para a necessidade do conhecimento de certos métodos e técnicas imprescindíveis à organização e administração de Bibliotecas, bem como para a importância desses métodos e técnicas.

---

(1) A profissão de Bibliotecário é regulada pela Lei 4.084, de 30 de junho de 1962 e Decreto 56.725, de 16 de agosto de 1965.

Digitalizado gentilmente por:

2. *OBJETIVO*

Capacitar, em regime de treinamento intensivo, com utilização de recursos audiovisuais, pessoal leigo, encarregado de bibliotecas públicas municipais, cujas Prefeituras mantêm convênio com o INL.

3. *METAS*

3.1 Prevê-se a realização, em 1973, de aproximadamente 33 cursos, capacitando cerca de 660 auxiliares de biblioteca, em cursos de treinamento intensivo com a duração de 60 horas, em 10 dias.

3.2 Os cursos serão realizados em sedes de municípios-polo-de-treinamento, que ofereçam condições mínimas de receber treinandos, bem como campo de observação e experimentação.

3.3 Os Estados inicialmente beneficiados são os seguintes:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	N.º DE CURSO	N.º DE PARTICIPANTES
1. Amazonas	1	20
2. Pará	2	40
3. Piauí	1	20
4. Pernambuco	3	60
5. Alagoas	1	20
6. Bahia	3	60
7. Minas Gerais	8	160
8. Rio de Janeiro	2	40
9. São Paulo	4	80
10. Rio Grande do Sul	5	100
11. Mato Grosso	1	20
12. Goiás	2	40
TOTAL	33	660

3.4 Para capacitar instrutores (bibliotecários) e monitores (concluintes de Biblioteconomia), destinados aos municípios-polos, serão realizados cursos intensivos, de 9 horas, em técnicas de ensino para aprendizagem acelerada e condizentes com os treinandos, em 7 estados, atingindo 140 pessoas.

Digitalizado gentilmente por:

4. *CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO*

Pretende, o INL, visando um novo enfoque, elaborar um curso-padrão e, com os recursos necessários, obtidos através deste projeto, providenciar a elaboração de todo o material didático, principalmente o audiovisual, destinado ao treinamento intensivo. Para realização do projeto serão necessários os recursos seguintes:

4.1 *Recursos Humanos* — O INL entregará a execução do treinamento, mediante convênio, às Escolas de Biblioteconomia, ou Associações de Profissionais de Biblioteconomia, de cada Estado escolhido, encarregando-se estas de selecionar os instrutores que terão seus currículos submetidos ao INL. Cada curso terá um Bibliotecário como instrutor e um auxiliar, sendo que este poderá ser aluno concluinte de curso de Biblioteconomia. O treinamento será ministrado por instrutor designado pelo INL.

4.1.1 Quanto aos participantes, serão indicados pela Prefeitura de cada município beneficiado e deverão ter um grau de capacitação mínima, que possibilite a absorção dos ensinamentos que serão ministrados.

4.2 *Recursos Materiais* — Cada treinamento será ministrado em local cedido pela Prefeitura do município-polo da região escolhida, que também dará a cobertura necessária ao suporte administrativo na parte referente aos serviços de secretaria e equipamento do curso.

4.2.1 Todo o material bibliográfico, didático e audiovisual necessário à instrução, será fornecido pelo INL.

4.3 *Recursos Financeiros* — Cada curso foi orçado em Cr$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), abrangendo os seguintes itens: passagens e remuneração de instrutores, material didático, supervisão, eventuais, perfazendo o total de Cr$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil cruzeiros).

5. *ESTRUTURA GERAL DO CURSO*

5.1 Cada curso de Treinamento Intensivo para Auxiliares de Biblioteca abrangerá o período de 10 dias úteis, perfazendo um total de 60 horas, em regime de tempo integral, de preferência durante o período de férias escolares.

.....ooo.....

Digitalizado gentilmente por:

— Grande ênfase tem sido dada ao PLIDEF (Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental), com a distribuição de livros aos alunos de Primeiro grau, Primeira a Quarta séries. Para eles tem sido coeditados livros do núcleo comum: linguagem, matemática, estudos sociais, ciências naturais e educação moral e cívica. Em dois anos foram distribuidos mais de 15 milhões de volumes, atendendo a 12.688 escolas e 1448 municípios.

Para os alunos da Quinta e Oitava séries, há perspectiva de coedição de livros com o PREMEN (Programa Especial de Melhoria do Ensino).

Quanto ao Segundo Grau, o INL desenvolve esforços, no sentido de conseguir maiores recursos para atender a essa área tão carente de material bibliográfico. Enquanto isto não acontece está atendendo à area profissionalizante do ensino médio, com coedições para o PIPMO (Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra).

— Em setembro próximo passado a Diretora do INL, Maria Alice Barroso, esteve no Ministério da Fazenda, a fim de acertar medidas que visem um encontro dos dirigentes da indústria de papel e celulose, tendo em vista os altos preços cobrados ao INL, o que vem dificultando os serviços da Autarquia. Os técnicos do Conselho de Política Aduaneira declararam que acompanham o problema por questão de rotina, uma vez que a maior parte dos papéis usados na confecção de livros não sofre tributação de imposto de importação.

OBRAS TRADUZIDAS

— O INL coedita muito pouco o livro cultural traduzido. A concentração de obras traduzidas é feita no livro técnico-científico para o ensino superior. Tendo em vista as dificuldades encontradas, vem o Instituto financiando o autor nacional, visando estimular o surgimento de autores brasileiros.

Digitalizado gentilmente por:

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

Resumo do Convênio celebrado entre o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Federal da Paraíba para manutenção de alunos estagiários.

O Instituto consignará auxílio de Cr$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros), para manter estagiários alunos do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, em serviços relacionados com o público, obrigando-se a Universidade Federal da Paraíba a indicar alunos mantidos no seu Curso de Biblioteconomia que estejam em condições de executar tarefas na Biblioteca Pública do Estado da Paraíba e Biblioteca Irineu Pinto do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, nas seções de Consulta, Referência, Empréstimo e Extensão, devendo enviar relatório e efetiva prestação de contas dos recursos que lhes são destinados, até 45 dias após a data do término do convênio.

As partes convenentes ficaram de posse dos termos completos do convênio que foi assinado em Brasília — DF, em 13.9.73.

Diário Oficial da União de 21-09-73, p. 9549 — Secção I, Parte I

.....ooo.....

Digitalizado gentilmente por:

NOTICIÁRIO NACIONAL

1. *III BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO* — Será realizada de 17 a 19 de junho de 1974, no prédio da Fundação Bienal de São Paulo. Inúmeras atividades estão sendo programadas. Entre elas destacam-se o 14.º Seminário Internacional de Literatura Infantil e Juvenil, assim como Encontros dos dirigentes das Comissões Permanentes da FEBAB, com a participação dos Grupos de Estudos das Associações de Bibliotecários.

2. *REDE DE BIBLIOTECAS EM PERNAMBUCO* — Foi inaugurada, durante a Semana da Pátria, a Biblioteca do Centro Comunitário Carvoeiro Manoel Elias. O acervo de 500 volumes foi doado por Editoras, IBGE e SUDENE. É a primeira de uma rede de 21 bibliotecas que serão instaladas nos centros comunitários do Serviço contra o Mocambo, de Pernambuco.

3. *CONSERVAÇÃO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS NO TRÓPICO* — O Professor Edson Nery da Fonseca, do Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília pronunciará em 30 de outubro, na Universidade Federal de Pernambuco, uma palestra sobre o tema Conservação de Bibliotecas e Arquivos no Trópico.

4. *BIBLIOTECÁRIA É NOTÍCIA* — No dia 4 de junho, a bibliotecária e escritora Maria Alice Barroso, diretora do INL, esteve em São Paulo, para o lançamento da segunda edição de sua obra UM NOME PARA MATAR.

5. *CENTRO DE CATALOGAÇÃO NA FONTE DA CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO* — Até março do corrente ano, o Centro catalogou 1000 títulos, desde o início de seus trabalhos em 1-7-1971. Participam desse programa 42 editoras. O serviço que é de grande utilidade para as bibliotecas, fornece a ficha matriz que irá ser impressa no livro, o que vem contribuir para a incorporação rápida de obras aos acervos. Para as editoras, o serviço proporciona maior divulgação de suas publicações. Para as livrarias auxilia no arranjo de seus estoques.

6. *A BIBLIOTECA NACIONAL E A CONSTRUÇÃO DO ANEXO* — Há uma tremenda sobrecarga de volumes na Biblioteca Nacional que conta atualmente com 2.800.000 peças, incluindo todo seu acervo. O prédio onde funciona foi construído em 1910, para abrigar 400.000

Digitalizado gentilmente por:

volumes. Tendo em vista solucionar o problema, a Diretoria da Biblioteca organizou um projeto que foi encaminhado ao Departamento de Assuntos Culturais, MEC/DAC. Provavelmente a construção de novo edifício, em Brasília, foi abordado, como solução definitiva para abrigar nosso patrimônio bibliográfico.

7. *OS "SEBOS" DESAPARECEM DO RIO* — A falta de espaço ocasionou o quase desaparecimento do comércio de livros usados, no Rio de Janeiro. Pouco a pouco, vão desaparecendo os sobrados comerciais do centro da cidade, cedendo terreno a prédios modernos, cujas instalações dispendiosas não possibilitam esse tipo de comércio.
   Por volta de 1930 a Rua São José abrigava 14 "sebos". Desses, somente um permanece no local, com um estoque de 500 mil volumes, que pertencem a Livraria São José, de Carlos Ribeiro.
   A Livraria Kosmos também se dedica a esse tipo de comércio. Seu estoque é de mais ou menos 100 mil volumes, ocupando cinco andares de um edifício.
   João Miranda do Babo, instalado à Rua do Teatro, em 1937, resolveu se dedicar a esse tipo de comércio e conta em estoque 40.000 volumes.
   Em sequência, com menores acervos, existe a Livraria Antiquário, com livros sobre o Brasil. Compra bibliotecas inteiras. Há poucos meses adquiriu a biblioteca do Professor Astério Campos, de 22 mil volumes sobre folclore e literatura brasileira.

8. *A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO FACE ÀS EXIGÊNCIAS PROFISSIONAIS DA ATUALIDADE* — A escola de Biblioteconomia, da Universidade Federal de Minas Gerais, para comemorar o aniversário da Escola, realizou em 30 de maio passado um Seminário, cuja finalidade foi testar o currículo da Escola na formação profissional. O Seminário desenvolveu o seguinte tema: A formação do Bibliotecário face às exigências profissionais da atualidade.

9. *CARRO-BIBLIOTECA COM ACERVO INICIAL DE 1500 VOLUMES* — A UFMG firmou convênio com o INL para desenvolver programas de treinamento de alunos, para o atendimento das populações interioranas. O INL fornecerá um carro-biblioteca com o acervo inicial de 1500 volumes.

10. *INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA* — O Instituto Euvaldo Lodi e a UFMG promoveram durante o mês de abril o Seminário sobre INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA. Vários professores da Escola de Biblioteconomia participaram do conclave.

Digitalizado gentilmente por:

11. *MUDANÇA DA FEFIEG* — A Escola de Biblioteconomia Documentação da FEFIEG mudou-se da Biblioteca Nacional, onde se alojava desde a sua criação em 1915, para instalações próprias à Rua Washigton Luis, 13-ZC-86 — 20.000 — Rio de Janeiro — Guanabara. O Diretor da Escola é o professor Antonio Caetano Dias.

12. *CURSO DE EXTENSÃO* — O Departamento de Biblioteconomia, da Universidade de Brasília, realizou de 4 a 29 de junho próximo passado, um Curso de Extensão. Os temas incluidos no programa foram os seguintes: Origens, evolução e bibliografia da Organização do Trabalho Intelectual; Técnicas de Indexação; Fontes de Informação em Ciência e Tecnologia; Referenciação Bibliográfica ; Instituições Culturais e sua Importância para o Trabalho Intelectual, bibliotecas, arquivos e museus.

13. *ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS DO ESTADO DA GUANABARA — APBEG/GBA* — O Grupo de Bibliotecários Agrícolas da Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Guanabara foi constituido nos meados do ano de 1972, atendendo às necessidades de coordenação das atividades no campo específico de ciências agrícolas e afins, da mesma forma como já vinha ocorrendo em outros Estados e em outras áreas de especialidade.
Congrega os bibliotecários e encarregados das seguintes bibliotecas da Guanabara:

Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
Centro de Tecnologia Agrícola e Alimentar
Departamento Nacional de Produção Mineral
Departamento Nacional de Meteorologia
Instituto Brasileiro do Café
Instituto de Conservação da Natureza
Instituto do Açúcar e do Álcool
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Instituto de Planejamento Econômico e Social do MP
Museu Nacional
Sociedade Nacional de Agricultura

Digitalizado gentilmente por:

Numa das primeiras reuniões do Grupo foi apresentada e debatida a situação criada na Guanabara depois da transferência da Biblioteca do Ministério da Agricultura, para o nova sede em Brasília.

Para atender às necessidades das Bibliotecas remanescentes, apresentou-se como programa prioritário de trabalho do Grupo — o projeto para a publicação da lista coletiva de periódicos e publicações seriadas existentes nas bibliotecas especializadas em ciências agrícolas e afins da Guanabara.

A primeira fase do trabalho programado e debatido em sucessivas reuniões mensais consistiu na seleção das bibliotecas que deveriam integrar o Grupo, no envio de cartas-convite às demais chefias e na delimitação dos campos das ciências consideradas afins da agricultura. Nessa primeira fase as bibliotecas arroladas totalizaram o número de 15, ocorrendo mais tarde desistência devido, principalmente, a duas razões:

a) iminente transferência da biblioteca para Brasília
b) acervo específico considerado insuficiente para justificar uma participação efetiva.

A segunda fase, ainda não concluida, consiste: 1) no levantamento dos títulos específicos das respectivas bibliotecas, 2) na distribuição das fichas, por grupos de letras, aos integrantes, para uma pesquisa complementar, principalmente na listagem já pronta e nos registros do IBBD, bem como nos catálogos especializados e 3) no recolhimento pela Coordenadoria das fichas prontas.

A terceira fase deverá consistir na fusão e revisão final das fichas apresentadas (totalizando cerca de 3.000 títulos diferentes) e na publicação do trabalho que ficaria a cargo de uma das Bibliotecas cooperantes em melhores condições de se desincumbir da tarefa.

A Diretoria do Grupo APBEG/GBA compõe-se dos seguintes membros:

Coordenadora	— Angela Maria Lyra Porto — CTAA
Vice-Coordenadora	— Margarida Maria de Magalhães Figueira — IBC
Primeiro-Secretário	— Roberto Tamára —ICN
Segunda Secretária	— Ida Albúquerque Porto Carreiro - INCRA

INCRA

Digitalizado gentilmente por:

14. *CONGRESSOS NACIONAIS*

APRESENTAÇÃO DE TESES E TRABALHOS INFORMATIVOS

I	CONGRESSO – RECIFE – 1954	19
II	CONGRESSO – SALVADOR – 1959	25
III	CONGRESSO – CURITIBA – 1961	29
IV	CONGRESSO – FORTALEZA – 1963	55
V	CONGRESSO – SÃO PAULO – 1967	58
VI	CONGRESSO – BELO HORIZONTE – 1971	36
VII	CONGRESSO – BELÉM – 1973	84

15. *O VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO* será realizado em julho de 1975, na cidade de Brasília.

16. *O IX CONGRESSO* será realizado em 1977 em Porto Alegre.

.....ooo.....

Digitalizado gentilmente por:

NOTICIÁRIO INTERNACIONAL

1. Realizar-se-á em Bogotá — Colômbia, de 15 a 19 de outubro o IV Congresso Regional de Documentação da FID/CLA. O tema central do conclave será: A TECNOLOGIA NOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO.

2. De acordo com os dados publicados pela UNESCO, a produção mundial de livros entre 1955 a 1958 aumentou de 285 mil para 487 mil títulos. Durante o sec. 19 foram produzidos 7 milhões de títulos e até o fim deste século deverão ser publicados 25 milhões, o que demonstra um crescimento fabuloso. Entretanto, por pesquisa recente empreendida pela UNESCO, a produção de livros na Europa, USA e URSS, em 1969, representou 75% da produção mundial. A Europa produziu 45%, URSS 15%, USA 15%, Asia 20%, África 2% América do Sul 3%.

3. Em 27 de setembro de 1972, faleceu em Bangalore, na India, Padm Sri Shiyali Ramarimrita RANGANATHAN, um dos maiores bibliotecários deste século. Foi o autor da COLON CLASSIFICATION. Fez o Curso de biblioteconomia em Londres, no University College, em 1924 e são amplamente conhecidas as cinco leis que enunciou em 1930, que revolucionou a biblioteconomia. Apesar de simples, milhões de criaturas existem que não as entendem.

Primeira	Os livros existem para serem usados.
Segunda	A cada leitor o seu livro.
Terceira	Cada livro para o seu leitor.
Quarta	Poupe o tempo do leitor.
Quinta	A Biblioteca é um organismo em constante desenvolvimento

4. De 16 a 18 de maio de 1972, realizou-se em Paris, sob os auspícios da UNESCO o Colóquio dos Redatores de Revistas de Documentação, de Biblioteconomia e de Arquivologia, que reuniu 55 participantes. As recomendações desse conclave são as seguintes:

— Os redatores devem sempre indicar as fontes de cada artigo reproduzido ou traduzido, fazendo notar todas as modificações introduzidas no título, conforme o que está prescrito sobre direitos de autor.

Digitalizado gentilmente por:

- Convém insistir junto dos redatores para que aceitem as abreviaturas de títulos e de números normalizados (ISSN), estabelecidos pelo Centro Internacional de Registro de Publicações em Série, em colaboração com a ISO e com os organismos nacionais competentes.
- As reuniões de redatores deveriam efetuar-se à escala nacional.
- É necessário publicar um guia prático das diversas normas da ISO e dos organismos nacionais competentes.
- A UNESCO deveria empreender um estudo sobre a apresentação das revistas especializadas e uma análise estatística das publicações primárias pertinentes; um estudo comparativo dos principais serviços de análise e de indexação; estudo sobre a possibilidade de criar uma rede de serviços de análise e de indexação, baseada num inquérito em relação à produção mundial de publicações primárias no domínio considerado.
- A UNESCO deveria estimular os países que não dispõem ainda de um serviço de análise ou de indexação a criá-lo, de forma a assegurar ao menos a indexação das publicações nacionais especializadas. Esses serviços poderiam ser nacionais ou regionais.
- Tendo em consideração as necessidades dos países em vias de desenvolvimento, a UNESCO deveria encorajar a generalização da prática de se publicar nos periódicos primários os resumos dos artigos, ao menos numa língua de grande difusão.
- A UNESCO deveria organizar, pelo menos, no ano de 1974, uma reunião de redatores e de editores dos principais boletins analíticos e sinaléticos, assim como um colóquio semelhante àquele que se efetuou em Paris, em maio de 1973.

5. Bibliotecas nos Estados Unidos

O interesse pelas bibliotecas nos USA, aumenta cada dia que passa. A Universidade da Califórnia, em Berkeley, informa que os estudantes universitários nos Estados Unidos estão transferindo sua atenção dos comícios e demonstrações para as bibliotecas. A nova biblioteca experimentou um aumento de frequência de 43%, elevou-se da média de 106.679 no ano de 1971 para 152.608 em 1972, enquanto o empréstimo de livros cresceu 20%.

Digitalizado gentilmente por:

A Universidade Stanford descobriu que nas noites dos dias úteis a capacidade total da biblioteca, de 1.529 lugares é às vezes insuficiente para acomodar todos os estudantes que procuram estudar ali. A Universidade de Yale informa que o único assunto que causou manifestações dos estudantes no último ano foi o pedido de ampliação das horas de funcionamento da biblioteca.

6. Livros de Biblioteconomia nos Estados Unidos

A Escola de Biblioteconomia da Western Reserve University vem realizando diversos programas educacionais em ciência da informação e automação de bibliotecas, destinados a participantes de países estrangeiros. O conteúdo desses programas aplica-se às necessidades específicas e locais do desenvolvimento de serviços de informação e bibliotecas e estão assim distribuídos:

1. Programas que não conferem graus acadêmicos:
   a) para pessoas interessadas em desenvolver ou ampliar conhecimentos específicos em ciência da informação e/ou automação de bibliotecas;
   b) para pessoas interessadas em lecionar ciência da informação e/ou automação de bibliotecas. Estes programas que não conferem graus acadêmicos têm a duração de quatro meses.

2. Programas que conferem graus acadêmicos:
   a) para Mestrado em Biblioteconomia com especialização em ciência da informação e/ou automação de bibliotecas;
   b) para Doutorado em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Estes programas preparam o aluno de modo a que ele possa transferir conhecimentos em ciência da informação ou automação de bibliotecas de acordo com as necessidades de seu próprio país.

Incluem-se entre os cursos que compõem esses programas: Fundamentos de Biblioteconomia; Introdução à Ciência da Informação; Sistemas de Recuperação de Informações; Teoria da Recuperação de Informações; Métodos Quantitativos para a Automação de Processos Bibliotecários; Processamento da Informação por meio de Computadores; Programação para a Recuperação de Informações; Processamento Automático de Línguas; Computadores em Humanidades; Centros e Serviços de Informação; Teoria de Classificação;

Digitalizado gentilmente por:

Teoria Geral da Comunicação; Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação; Transferência de Conhecimentos em Ciência da Informação; A Informação nas Estruturas Sociais; Estudos Especiais.

Maiores informações devem ser solicitadas ao Dr. Tefko Saracevic, Chairman, International Programs, School of Library Science, Case Western Reserve University, Cleveland, Ohio 44106, USA.

7. Biblioteca Britânica de Ciência Política e Econômica

A maior biblioteca do mundo dedicada ao campo dos estudos sociais terá nova sede em Londres por volta de 1976.

É a Biblioteca Britânica de Ciência Política e Econômica, que será reinstalada em cerca de 18.500 metros quadrados de um prédio a localizar-se no Strand, no centro de Londres.

A nova sede da biblioteca, que faz parte da Escola de Economia de Londres, não somente oferecerá valioso espaço para a acomodação de livros que só em fração pode ser acomodada atualmente, como também dobrará o número atual de lugares para leitores. Proporcionará acomodação especial a pesquisadores e tornará mais fácil o acesso ao material.

Também haverá maiores instalações para equipamento de processamento de dados, microfotografia e as mais novas técnicas de computação.

A principal razão da mudança é o fato de a biblioteca já haver, há muito tempo, superado a capacidade de suas instalações atuais. Contém mais de dois milhões de peças e somente 70 mil de seus 565 mil volumes encadernados podem ficar em prateleiras abertas. A maior parte da coleção tem de ficar empilhada em porões ou armazenada a cerca de 32 quilômetros de distância, num depósito da Escola de Economia de Londres.

O acervo existente não constitui o único problema. A biblioteca se expande à razão de 30 mil volumes por ano. Recebe dados estatísticos nacionais de cem países e 5800 publicações oficiais de vários tipos.

8. Novo Sistema Facilita Identificação de Livros

Quem quiser adquirir determinado livro, em vez de mencionar título, autor, idioma, editora e edição, indicará simplesmente um

Digitalizado gentilmente por:

código de dez algarismos e, assim, livrarias e biblioteca de qualquer parte do mundo saberão exatamente do que se trata. Isso acontecerá brevemente, quando estiver pronto o processo revolucionário para identificar livros que está sendo preparado por pesquisadores de um organismo internacional ligado a assuntos culturais.

O assunto começou a ser discutido há 12 anos, durante conferência da ALA e posto em prática a partir de 1961, quando o mundo editorial inglês passou a adotá-lo, primeiro em caráter experimental e depois em caráter definitivo. O IUBN, como é conhecido o Sistema Internacional de Numeração de Livros, permitirá — segundo os pesquisadores — a simplificação do trabalho dos bibliotecários, melhores controles inventariais e mais rápido andamento dos pedidos de compras de livrarias e bibliotecas.

Código Seguro

A primeira parte do código identifica o grupo geográfico ou linguístico do livro; a segunda, o editor; a terceira, o título e o autor. Finalmente, a quarta parte é um número que o computador utilizará para evitar qualquer possibilidade de erro. Os algarismos 0 e 1 identificam a Austrália, Canadá, Inglaterra e Estados Unidos. A Dinamarca solicitou o identificador 87, a Holanda o 90 e a Suécia o 91.

Para possibilitar a adoção internacional do sistema, os editores deverão imprimir o número do livro na capa e nas páginas onde se encontram o título e o nome do autor. Segundo os pesquisadores, o sistema permitiu economia de um terço das despesas normalmente gastas nas bibliotecas de Londres e o mesmo poderá ocorrer em qualquer parte do mundo, desde que o IUBN seja convenientemente aplicado.

9. Instituto Latino-americano de Comunicação Educativa

O ILCE é um órgão internacional, criado por convênio celebrado entre a UNESCO e o governo do México. Iniciou suas atividades em 1.º de agosto de 1956 e tem como finalidade principal impulsionar e desenvolver a utilização dos meios de comunicações, como auxílio aos educadores da América Latina.

Inicialmente chamado Instituto Latino-Americano de Cinematografia Educativa teve, depois da reorganização operada em 1969 e,

Digitalizado gentilmente por:

como consequência do programa formulado pela comissão de avaliação da UNESCO, seu nome mudado para Instituto Latino-Americano de Comunicação Educativa.

O Instituto responsabiliza-se pelas seguintes tarefas na área continental:

— investigação permanente sobre os novos recursos técnicos colocados à disposição da Educação;

— treinamento de pessoal técnico em diversos níveis e atividades ligadas à teleducação;

— promoção e divulgação, por meio de publicações adequadas do uso dos meios audio-visuais.

10. Computador no Estudo de Línguas

Análise Sintática

Na conferência que proferiu, em fins de fevereiro, durante a Semana das Escolas Superiores, em Hanôver, sobre o tema de "O computador e as línguas estrangeiras", o Dr. Halbauer qualificou como terreno árido o setor em que realiza seu trabalho e suas pesquisas — a pedagogia. Contudo, podemos imaginar que, para os lingüistas, por exemplo, esse setor não apresenta absolutamente tal aridez. O computador abre-lhes possibilidades para uma análise lingüística em tempo mais curto, seja qual for o idioma de que se trate. Halbauer, que dirige o seminário para tradutor técnico na Universidade Técnica e se dedica especialmente ao russo técnico, tem apresentado relatório em muitas escolas superiores e institutos científicos sobre suas pesquisas, dentro e fora do País.

Desde logo, nessa conferência, ele avançou uma idéia geral sobre a técnica de computação. Demonstrou com um simples exemplo, de passagem, a estonteante velocidade com que a máquina trabalha: em meio segundo, ela pode encontrar no catálogo telefônico o número desejado. O computador é capaz de analisar palavras e frases, o estilo da linguagem verbal e escrita, e isso em qualquer língua, inclusive nas diversas linguagens técnicas. Pode combinar todos os efeitos imagináveis de prefixos, derivação de palavras, sufixos, intercalações; apresentar a freqüência do uso de palavras neste ou naquele idioma e armazenar os resultados.

Para os técnicos e cientistas, é imprescindível o conhecimento do vocabulário especializado, que se amplia permanentemente, e também nisso o computador auxilia. Segundo as esperanças de

Digitalizado gentilmente por:

Halbauer, haverá um dia uma metalíngua, que possa abranger todas as línguas estrangeiras, de modo que na prática só exista uma língua. Naturalmente isso não deve afetar o cultivo da própria língua materna. Halbauer apontou a grande facilidade que o computador pode oferecer para o aprendizado de uma língua estrangeira. Lamentou que a filologia e a lingüística sejam postas muitas vezes, num confronto hostil. A seu ver, elas têm tantos objetivos comuns que reclamam com urgência uma colaboração mútua. *(Hannoversche Allgemeine, 26.2.1973.*

CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS DE 1973
INTERNACIONAIS

1. FID/CCC — Haia — Grupo Executivo. 15-16 de janeiro, Haia.

2. FIC/CCC — Reunião conjunta. 17-18 de janeiro, Haia.

3. National Federation of Abstracting and Indexing Services. Philadelphia, USA, 5-7 de março.

4. Expert meeting on the national planning of documentation and library services in Arab countries. UNESCO, Cairo. 7-13 de maio.

5. ISO Council Meeting, Genebra, 5-7 de setembro.

6. 47.ª Conferência Anual da ASLIB. Londres, 23-26 de setembro.

7. IV Congresso Regional da FID/CLA, Bogotá — Colombia, 15-19 de outubro.

8. VIII Colóquio sobre Informação e Documentação. Ilmenau-GDR, 28 a 30 de novembro.

9. Conferência da IFLA.
   900 bibliotecários, provenientes de várias partes do mundo, compareceram à 39.ª Conferência da IFLA, realizada em Grenoble, França, de 25 de agosto a 1.º de setembro passado. O tema central da conferência foi: CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL.
   A 40.ª Conferência será realizada em Washington, de 16 a 23 de novembro de 1974 e 41.ª em Oslo, Noruega, em agosto de 1975.

.....ooo.....

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

GRÁFICA L.P.M. EDITORA
Impressão
R. Tamandaré, 1025
Fone: 278-0048
São Paulo - S.P.

Digitalizado gentilmente por:
Scan System Gerenciamento da Informação
FEBAB

Digitalizado gentilmente por:

DIRETORIA DA FEBAB
1972/1975

PRESIDENTE	—	Laura Garcia Moreno Russo
Vice-Presidente	—	Antonio Gabriel
Secretária Geral	—	Elza Lyrio Mello
Primeira Secretária	—	Benilda José de Souza
Segunda Secretária	—	Esmeralda Maria de Aragão
Primeira Tesoureira	—	Maria Alice de Toledo Leite
Segunda Tesoureira	—	Nara Maldonado de Carvalho
Bibliotecária	—	Marlene Gomes Martinez
Observador Legislativo	—	Adelia Leite Coelho

ASSOCIAÇÕES FILIADAS

1 — Associação Paulista de Bibliotecários
2 — Associação Profissional de Bibliotecários do Estado de Pernambuco
3 — Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Guanabara
4 — Associação Riograndense de Bibliotecários
5 — Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia
6 — Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo
7 — Associação de Bibliotecários de Minas Gerais
8 — Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
9 — Associação Campineira de Bibliotecários
10 — Associação dos Bibliotecários do Ceará
11 — Associação dos Bibliotecários Sãocarlenses
12 — Associação Paraense de Bibliotecários
13 — Associação Bibliotecária do Paraná
14 — Associação Amazonense de Bibliotecários
15 — Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por: